



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# (\*) DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO N° 124 TERÇA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2014

(\*) Replicado, em 27/08/2014, para correção da capa



SECRETARIA-GERAL DA MESA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissão Temporária

BRASÍLIA - DF

## MESA DO SENADO FEDERAL \*

<b>PRESIDENTE</b> Renan Calheiros - (PMDB-AL)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Jorge Viana - (PT-AC)	<b>4º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Romero Jucá - (PMDB-RR)	<b>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b> Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
<b>2ª SECRETÁRIA</b> Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</b> <p><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (63,70) .....</p> <p><b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Eunício Oliveira</b> (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p><b>Líder do PSD - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (75)</p>	<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</b> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - Bloco</b> (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128) .....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Aníbal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103)</p> <p><b>Líder do PDT - 6</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 2</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (18,76)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> (36,120,128)</p> <p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17</b> <p><b>Líder</b> Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124) .....</p> <p><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,68,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,77)</p> <p><b>Líder do SD - 1</b> <b>Vicentinho Alves</b> (42,54,71,111)</p> <p><b>PSB - 4</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Rodrigo Rollemberg - PSB</b> (69,101)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)</p> <p><b>PROS - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Ataídes Oliveira - PROS</b> (98,108,114)</p>
---	---	---

<b>EXPEDIENTE</b>	
<b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial	<b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Atas e Diários <b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)	

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE  
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### 1.1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

**1.1.1 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias**

Ata da 6 <sup>a</sup> Reunião, realizada em 16 de julho de 2014 .....	4
Ata da 7 <sup>a</sup> Reunião, realizada em 23 de julho de 2014 .....	22
Ata da 8 <sup>a</sup> Reunião, realizada em 30 de julho de 2014 .....	24

---

**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias**

### **ATA DA 6ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 16 de julho de 2014, às 15 horas e 06 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo**, com a presença dos Senadores: **Ciro Nogueira, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Álvaro Dias, Mário Couto, Jayme Campos, Gim, Ana Rita, Ruben Figueiró e Flexa Ribeiro** e dos Deputados **Marco Maia, Sibá Machado, Sandro Mabel, Lúcio Vieira Lima, Hugo Napoleão, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Rodrigo Maia, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Afonso Florence, Iriny Lopes, João Magalhães, Izalci, Eurico Júnior e Marcos Rogério**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Rodrigues e Ataídes Oliveira** e os Deputados **Aguiinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcelos, Arnaldo Faria de Sá, Marcio Junqueira e Enio Bacci**. Na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos:

<b>Nº</b>	<b>EMENTA</b>	<b>AUTORIA</b>
7 / 2014	Solicita todos os processos que tramitam no TCU em que figure como parte a Petrobras entre os anos de 2005 e 2014.	Dep. Rodrigo Maia
9 / 2014	Solicita todas as atas e notas taquigráficas das reuniões do Conselho de Administração da Petrobras realizadas no período compreendido entre 2005 e 2013.	Dep. Rodrigo Maia
11 / 2014	Solicita a convocação do Sr. Humberto Sampaio de mesquita.	Dep. Onyx Lorenzoni
12 / 2014	Solicita a convocação do Sr. Márcio Lewkowicz	Dep. Onyx Lorenzoni
13 / 2014	Solicita a convocação do Sr. Fernando Soares.	Dep. Onyx Lorenzoni
15 / 2014	Solicita a convocação da Sra. Marici da Silva Azevedo da Costa.	Dep. Onyx Lorenzoni
16 / 2014	Solicita a convocação da Sra. Ariana Azevedo Costa Bachmann.	Dep. Onyx Lorenzoni
17 / 2014	Solicita a convocação da Sra. Shanni Azevedo Costa Bachmann.	Dep. Onyx Lorenzoni
21 / 2014	Convida o Sr. Sérgio Moro, Juiz Federal, para prestar depoimento nesta CPMI.	Dep. Onyx Lorenzoni
52 / 2014	Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Alberto Youssef, preso na operação Lava-Jato.	Dep. Fernando Francischini
53 / 2014	Requerem a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Paulo Roberto Costa, Ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras e preso na Operação Lava-Jato.	Dep. Fernando Francischini
66 / 2014	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Costa Global Consultoria.	Dep. Rubens Bueno
81 / 2014	Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa MO Consultoria.	Dep. Rubens Bueno
84 / 2014	Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do QUALITY HOLDING.	Dep. Rubens Bueno
89 / 2014	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa SUNSET GLOBAL PARTICIPAÇÕES.	Dep. Rubens Bueno
97 / 2014	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do SR. ALBERTO YOUSSEF.	Dep. Rubens Bueno
98 / 2014	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de ARIANNA AZEVEDO COSTA BACHMANN.	Dep. Rubens Bueno
106 / 2014	Requer a transferência dos sigilos fiscal e bancário e telefônico do SR. HUMBERTO SAMPAIO DE MESQUITA, no período compreendido entre 01/01/2005 a 20/05/2014.	Dep. Rubens Bueno

Nº	EMENTA	AUTORIA
119 / 2014	Requer a transferência dos sigilos fiscal e bancário e telefônico do SR. MÁRCIO LEWKOWICZ, no período compreendido entre 01/01/2005 a 20/05/2014.	Dep. Rubens Bueno
123 / 2014	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do SR. PAULO ROBERTO COSTA.	Dep. Rubens Bueno
127 / 2014	Requer a transferência dos sigilos fiscal e bancário e telefônico do SRA. SHANNI AZEVEDO COSTA BACHMANN, no período compreendido entre 01/01/2005 a 20/05/2014.	Dep. Rubens Bueno
156 / 2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a MO CONSULTORIA entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos.	Dep. Rubens Bueno
159 / 2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com o QUALITY HOLDING entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos.	Dep. Rubens Bueno
163 / 2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a empresa SUNSET GLOBAL PARTICIPACÕES, entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos.	Dep. Rubens Bueno
179 / 2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a MO CONSULTORIA entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno
182 / 2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com o QUALITY HOLDING entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno
205 / 2014	Requer à Petrobras cópias dos contratos firmados com a empresa SUNSET GLOBAL PARTICIPACÕES entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los, na forma que especifica.	Dep. Rubens Bueno
213 / 2014	Requer ao Ministério da Justiça o compartilhamento dos materiais arrecadados pela Polícia Federal na residência do senhor Paulo Roberto Costa no cumprimento do mandado de busca e apreensão n. 8050913 expedido nos autos da representação criminal Processo n. 5001446-62.62.2014.404.7000/PR, nos termos em que especifica.	Dep. Rubens Bueno
219 / 2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação da Senhora ARIANNA AZEVEDO COSTA BACHMANN para esclarecer suspeitas de que tenha se beneficiado de recursos desviados no âmbito da operação Lava-Jato, bem como participado da destruição e ocultação de provas que documentariam os crimes investigados.	Dep. Rubens Bueno

Nº	EMENTA	AUTORIA
224 / 2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor FERNANDO SOARES que intermediou a tentativa da Astra Oil para fazer acordo com a Petrobras em relação ao litígio em torno da refinaria de Pasadena.	Dep. Rubens Bueno
229 / 2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor HUMBERTO SAMPAIO DE MESQUITA para esclarecer suspeitas de que tenha movimentado contas secretas no exterior em que eram depositadas propinas das multinacionais que vendiam combustível à Petrobras.	Dep. Rubens Bueno
242 / 2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor MÁRCIO LEWKOWICZ para esclarecer suspeitas de que tenha movimentado contas secretas no exterior em que eram depositadas propinas das multinacionais que vendiam combustível à Petrobras.	Dep. Rubens Bueno
251 / 2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias a convocação da Senhora SHANNI AZEVEDO COSTA BACHMANN para esclarecer suspeitas de que tenha se beneficiado de recursos desviados no âmbito da operação Lava-Jato, bem como participado da destruição e ocultação de provas que documentariam os crimes investigados.	Dep. Rubens Bueno
252 / 2014	Requer ao Ministério da Justiça o compartilhamento dos materiais arrecadados pela Polícia Federal na residência do senhor Paulo Roberto Costa no cumprimento do mandado de busca e apreensão nº 8050913 expedido nos autos da representação criminal no Processo nº 5001446-62.62.2014.404.7000/PR, nos termos em que especifica.	Dep. Rubens Bueno
253 / 2014	Requer ao Ministério da Justiça o compartilhamento dos materiais recolhidos como provas pela Polícia Federal na residência e nos escritórios do senhor Alberto Youssef no cumprimento de mandado de busca e apreensão expedidos para tal, nos termos em que especifica.	Dep. Rubens Bueno
264 / 2014	Requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Alberto Youssef.	Dep. Carlos Sampaio e outros
265 / 2014	Requer sejam transferidos os sigilos bancário, telefônico e fiscal do Sr. Paulo Roberto da Costa.	Dep. Carlos Sampaio
268 / 2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam TRANSFERIDOS OS SIGILOS BANCÁRIO, TELEFÔNICO E FISCAL da empresa MO Consultoria e Laudos Estatísticos Ltda, CNPJ nº 06.964.032/0001-93, no período compreendido entre 01/01/2009 e 20/04/2014.	Dep. Rubens Bueno e outros
277 / 2014	Requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de HUMBERTO SAMPAIO MESQUITA.	Dep. Carlos Sampaio e outros
284 / 2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do relatório decorrente de busca e apreensão realizada na sede da empresa GPI Participações e Investimentos ao Departamento de Polícia Federal.	Sen. Alvaro Dias e outros
297 / 2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o Sr. Humberto Sampaio Mesquita depoimento.	Sen. Alvaro Dias e outros
303 / 2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) inquérito que trata da venda da refinaria de San Lorenzo ao (à) Departamento de Polícia Federal.	Dep. Izalci

Nº	EMENTA	AUTORIA
304 / 2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam TRANSFERIDOS OS SIGILOS BANCÁRIO, TELEFÔNICO E FISCAL da empresa Tipuana Participações Ltda (CNPJ nº 01.568.303/0001-78), no período compreendido entre 01/01/2009 e 20/04/2014.	Dep. Izalci e outros
311 / 2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam TRANSFERIDOS OS SIGILOS BANCÁRIO, TELEFÔNICO E FISCAL da empresa MO Consultoria e Laudos Estatísticos Ltda, CNPJ n Q 06.964°32/0001-93, no período compreendido entre 01/01/2009 e 20/04/2014.	Dep. Carlos Sampaio
323 / 2014	Requer que seja solicitada copia de inteiro teor, inclusive em meio eletronico, tanto do(s) inquérito aberto em razao da Operação Lava-Jato, incluidos os sigilos transferidos no âmbito do mencionado inquerito, quanta dos demais inqueritos abertos em decorrencia dos desdobramentos da citada Operação, ao(it) Juiz Sergio Moro, da Justiça Federal do Parana.	Dep. Carlos Sampaio
337 / 2014	Requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da empresa Pragmática Consultoria em Gestão.	Dep. Izalci
345 / 2014	Requer a adoção de providências visando a realização de diligência pela Polícia Federal, com vistas à obtenção e posterior disponibilização à CPMI da Petrobras de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) contratos firmados de prestação de serviços, bem como de cópia dos respectivos livros contábeis (exercícios 2009 a 2013), da empresa MO Consultoria e Laudos Estatísticos Ltda, ao(à) ministro Teori Albino Zavascki, do Supremo Tribunal Federal.	Dep. Carlos Sampaio e outros
352 / 2014	Requer a adoção de providências visando a realização de diligência pela Polícia Federal, com vistas à obtenção e posterior disponibilização à CPMI da Petrobras de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) contratos firmados de prestação de serviços, bem como de cópia dos respectivos livros contábeis (exercícios de 2012 e 2013), da empresa de consultoria Costa Global, ao Juiz Sérgio Moro, da Justiça Federal do Paraná.	Dep. Carlos Sampaio e outros
353 / 2014	Requer a adoção de providências visando a realização de diligência pela Polícia Federal, com vistas à obtenção e posterior disponibilização à CPMI da Petrobras de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) contratos firmados de prestação de serviços, bem como de cópia dos respectivos livros contábeis (exercícios de 2012 e 2013), da empresa de consultoria Costa Global, ao Supremo Tribunal Federal.	Dep. Carlos Sampaio e outros
382 / 2014	Requer a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da empresa GFD Investimentos Ltda.	Dep. Izalci e outros
383 / 2014	Requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da empresa Costa Global.	Dep. Izalci e outros
390 / 2014	Requer copia de inteiro tem, inclusive em meio eletrônico, dos relatórios porventura já produzidos em razão das movimentações financeiras criminosas havidas no exterior e relacionadas ao esquema de lavagem de dinheiro promovido pelo doleiro Alberto Youssef e por Paulo Roberto Costa, por intermédio das Offshores relacionadas, ao(a) Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica International - DRCI, do Ministério da Justiça.	Dep. Carlos Sampaio e outros

Nº	EMENTA	AUTORIA
393 / 2014	Requer cópias de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, dos relatórios das Comissões Internas de Apuração criadas para avaliar os contratos com fornecedores de serviços que envolvem as refinarias Abreu e Lima e Comperj, os contratos com o fornecedor Ecoglobal, os negócios com a Astromarítima Navegação e a aquisição da refinaria de Pasadena à Petrobras.	Dep. Carlos Sampaio e outros
401 / 2014	Requer a convocação do Sr.(a) Marcio Lewkowicz e as Sras. Ariana Azevedo Costa Bachmann e Shanni Azevedo Costa Bachmann para prestar depoimento.	Sen. Alvaro Dias e outros
402 / 2014	Requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Márcio Lewkowicz.	Dep. Izalci e outros
406 / 2014	Requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Paulo Roberto Costa.	Dep. Izalci e outros
408 / 2014	Solicitação de adoção de providências visando a realização de diligencia pela Policia Federal, com vistas à obtenção e posterior disponibilização a CPMI da Petrobras de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) contratos firmados de prestação de serviços, bem como de cópia dos respectivos livros contábeis (exercícios 2012 e 2013), da empresa REF Brasil, ao(a) Juiz Sergio Moro, da Justiça Federal do Paraná.	Sen. Mário Couto e outros
418 / 2014	Requer a convocação do Sr. Fernando Soares.	Sen. Mário Couto e outros
424 / 2014	Requer seja convocado o Sr. Marici Azevedo Costa para prestar depoimento.	Sen. Mário Couto e outros
425 / 2014	Requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Alberto Youssef.	Dep. Izalci e outros
428 / 2014	Requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da empresa Quality Holding Participações e Investimentos S.A.	Dep. Izalci e outros
429 / 2014	Requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Shanni Azevedo Costa Bachmann.	Dep. Izalci e outros
443 / 2014	Requer a cessão de dois delegados da Polícia Federal para assessorar os trabalhos da Relatoria desta CPMI.	Dep. Marco Maia
528 / 2014	Requer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) cópia de processos que tratam da troca de ativos entre a Petrobras e a companhia Ibero -Argentina Repsol YPF, relativamente a refinaria de Bahia Blanca.	Dep. Sandro Mabel
555 / 2014	Requer o convite do Juiz Sérgio Moro.	Dep. Carlos Sampaio e outros
561 / 2014	Requer seja convidado o Sr. Marinus Marsico, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, para prestar depoimento a esta CPMI.	Dep. Carlos Sampaio
575 / 2014	Requer a transferência à Comissão das atas do Conselho Fiscal da Petrobrás de 2005 até 2012.	Dep. Carlos Sampaio e outros
577 / 2014	Requisita as cópias de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, da "Due diligence", realizada por força tarefa formada por seis gerências executivas subordinadas ao Departamento Financeiro (DFIN) da Petrobras, que iniciou o trabalho em 14 de dezembro de 2007 e entregou o realatório em 15 de fevereiro de 2008.	Dep. Carlos Sampaio e outros
579 / 2014	Requisita à Petrobrás cópia de inteiro teor da carta encaminhada em fevereiro de 2005 pelo então vice-presidente da Astra Oil, Sr. Alberto Feilhaber, a Nestor Cerveró contendo proposta de parceria entre as companhias para a exploração da refinaria de Pasadena.	Dep. Bernardo Santana de Vasconcellos

Nº	EMENTA	AUTORIA
580 / 2014	REQUISITA cópia de inteiro teor do processo relativo à aquisição da refinaria de San Lorenzo até sua votação pelo Conselho de Administração da Petrobrás.	Dep. Carlos Sampaio
581 / 2014	Requer sejam TRANSFERIDOS a esta Comissão, pela Petrobras, cópia integral do processo de aquisição da refinaria Okinawa até a sua votação pelo Conselho de Administração.	Dep. Carlos Sampaio
586 / 2014	Requer sejam transferidos os sigilos bancário e fiscal da empresa Sunset Global Participações Ltda. (CNPJ nº 18.108.754/0001-25), desde 2009.	Dep. Carlos Sampaio e outros
593 / 2014	Requer a transferência, pelo COAF, todas as informações referentes à Sunset Global Participações no período compreendido entre 2009 e 2014.	Dep. Carlos Sampaio
605 / 2014	Requer a transferência de sigilos bancário, fiscal e telefônico da GFD INVESTIMENTOS (CNPJ 10.806.670/0001-53).	Dep. Rubens Bueno
617 / 2014	Requisita o inteiro teor da Auditoria da Petrobras na refinaria de Pasadena, no Texas, que descobriu um saque de US\$ 10 milhões, em 5 (cinco) de fevereiro de 2010, sem documento que o autorizasse, constante do relatório de auditoria R-1111/2010, elaborado com data de 29 de março de 2011.	Dep. Júlio Delgado
618 / 2014	Requer a convocação de Paulo Cesar dos Santos, Gerente de Auditoria da Petrobras.	Dep. Júlio Delgado
619 / 2014	Requer à Petrobras cópia das Atas das reuniões das Diretorias Executivas com a Presidência daquela empresa, bem como das Atas das reuniões do Conselho de administração da Petrobras, que discutiu e decidiu pela compra da refinaria de Pasadena no Texas (EUA) e da construção da refinaria de Abreu e Lima.	Dep. Sandro Mabel
623 / 2014	Solicita a convocação do Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	Dep. Rodrigo Maia
631 / 2014	Solicita que sejam compartilhados todos os documentos recebidos pela CPI da Petrobras.	Dep. Onyx Lorenzoni
637 / 2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação da Senhora Marici da Silva de Azevedo Costa para esclarecer os saques de altas quantias feitos por ela de contas conjuntas com Paulo Roberto Costa, seu marido.	Dep. Rubens Bueno
641 / 2014	Requer o detalhamento da composição do lucro de 61 milhões gastos no primeiro trimestre de 2014 da Refinaria em Pasadena.	Dep. Sandro Mabel
642 / 2014	Requer o detalhamento do ativo da PRST Trading em Pasadena.	Dep. Sandro Mabel
645 / 2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias junto ao Presidente do Tribunal de Contas da União para a requisição do processo administrativo TCU 4.562/2013-5 encerrado na Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro a respeito da transação de compra da refinaria de Pasadena, Texas, EUA, bem como o processo de Representação (TC 005.406/2013-7) em tramitação na mesma Secretaria.	Dep. Rubens Bueno
648 / 2014	Requer que sejam convocados por esta Comissão os Srs. ALBERTO HENRIQUES DE ARAÚJO PEREIRA e BRUNO LIMA CALDEIRA DE ANDRADA, Auditores do Tribunal de Contas da União, a fim de que prestem esclarecimentos sobre os contraditórios relatórios técnicos exarados em relação à compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.	Dep. Fernando Francischini e outros
652 / 2014	Solicita o convite dos delegados responsáveis pela Operação Lava-Jato e seus desdobramentos para prestar depoimento nesta CPMI.	Dep. Onyx Lorenzoni

Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito boa tarde a todos. Peço que cada um das Sras e Srs. Parlamentares assumam seus lugares em nossas bancadas. (*Pausa.*)

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião da Comissão.

Os Parlamentares que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As ata está aprovada.

Conforme convocação...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Conforme convocação, a presente reunião administrativa destina-se à apreciação de requerimentos.

A fim de concentrarmos o nosso tempo na atividade prevista para esta reunião, a Presidência reitera que somente poderão ser formuladas questões de ordem ou reclamações relacionadas à matéria em pauta, conforme o que dispõe o art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal bem como o art. 96 do Regimento interno da Câmara dos Deputados.

Ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do inciso VIII do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, poderão falar, para explicações pessoais, em cada reunião, apenas dois integrantes da Comissão. Ao Líder, é lícito usar a palavra uma vez em qualquer fase da sessão pelo prazo máximo de cinco minutos para comunicação urgente.

Esta Presidência informa que todos os requerimentos apresentados até às 9h50 de hoje estão pautados. O Requerimento nº 645, do Deputado Rubens Bueno, que consta na listagem distribuída a V. Ex<sup>as</sup>, foi retirado pelo autor nesta manhã.

De acordo com o art. 41 do Regimento, será permitido o encaminhamento da votação por dois membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário à aprovação.

Passaremos à fase de requerimentos.

Sr<sup>as</sup>s e Srs. Parlamentares, nós convocamos uma reunião preliminar com os Líderes que têm assento, representando seus respectivos partidos, agora há pouco, para criarmos, dentro desta reunião administrativa, um rito procedural para facilitar a ordem dos trabalhos e tornar eficaz a realização desta reunião.

Temos 664 requerimentos. Todos constam da pauta. Como é de praxe desta Presidência, o Sr. Relator encaminhará um bloco de requerimentos para apreciação de V. Ex<sup>as</sup>.

Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Antes da palavra do nobre Relator, a quem faço um apelo no sentido de que acate a proposição que nós estamos trazendo, está sobre a mesa o requerimento de preferência, que eu não... Por quê? Porque há duas convocações importantes que, creio, devam ser discutidas pela Comissão. A primeira é a do Sr. Ildo Sauer, que foi dirigente da Petrobras; é um técnico reconhecido nacional e internacionalmente pela sua capacidade, seu conhecimento. O outro é o Sr. Sinedino, que representou, no Conselho de Administração da Petrobras, os empregados, os pequenos acionistas.

Queria solicitar a compreensão do nobre Relator, para que nós os incluíssemos. E V. Ex<sup>a</sup>, depois, usando a sua prerrogativa, determina quando vamos fazer a oitiva dessas pessoas, mas eu gostaria de ver aprovados esses dois requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou encaminhar o apelo de V. Ex<sup>a</sup> para a...

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Porque temos o requerimento de preferência. Aí, temos de votar antes até da proposta do nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou encaminhar a solicitação de V. Ex<sup>a</sup> ao Relator.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Presidente, em que momento eu posso contraditar essa demanda?

Sou eu, Presidente.

Em que momento posso contraditar esse pedido?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra para contraditar nessa hora.

Depois, o Deputado Sandro Mabel.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Veja, o que eu pude entender do posicionamento do Relator e também dos Líderes que estavam naquela reunião é que nós buscaríamos encontrar um consenso em torno dos requerimentos de convocação, de quebra de sigilo, de pedido de informação para esta reunião de hoje e que nós procurássemos, o máximo possível, nos limitar ao que está sendo objeto da investigação.

Eu não elimino a possibilidade de, a qualquer momento, convidar ou convocar essas duas pessoas, mas eu entendo que, se o objetivo nosso é construir um consenso nesta reunião de hoje, eu tenho que manifestar que, da nossa parte, não existe consenso para a convocação dessas duas pessoas neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo consenso, nós vamos votar em separado. Inicialmente, vamos votar o consenso.

Deputado Sandro Mabel, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Presidente, para efeito de se criar uma linha de raciocínio, temos aqui pessoas que são importantes dentro da Petrobras. Vou dar o exemplo aqui do Sr. Renato Duque, um diretor superimportante. Ele era da mesma área. Os volumes de compra que passavam no meio de todas essas refinarias grandes, tudo isso aí, foram compradas por esse senhor. Essa é uma pessoa a quem a gente deve perguntar, falar, até para contrapor ao Paulo Roberto, que era da outra área coligada. Se pegar o Dr. Ildo Luis Sauer, que era Diretor de Gás e Energia da Petrobras, é a mesma coisa. Se nós não chamarmos uma turma... Então, quero dizer, tudo que é Petrobras nós deveríamos convocar, procurar manter uma... para que nós pudéssemos ter um balizamento do que o Paulo Roberto está falando e do que esse Sr. Renato Duque ou Sr. Ildo venham a falar. São todos diretores de áreas que compravam valores enormes, que participaram de contratos de aditivos e de tudo mais.

Então, é importante que, neste bloco, nós tenhamos... Senão vamos ficar capengas, porque não vamos convocar essas pessoas que precisariam ser convocadas também, no meu entender.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Entendo o posicionamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Para contraditar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador, eu vou passar a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para contraditar, mas, inicialmente, nós vamos passar a palavra ao Sr. Relator, que vai mencionar todos os requerimentos que estão dentro do seu relatório inicial. Aqueles que não estão contemplados, V. Ex<sup>a</sup>s podem destacar e aí nós vamos a voto, dentro desse princípio de que inicialmente faremos a homogeneização, a consolidação daqueles que estão dentro das expectativas de cada um dos Líderes.

Com a palavra...

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Então, Sr. Relator, desculpe.

Sr. Relator, eu acho que seria importante que o senhor pudesse nos dar a condição para que nós tivéssemos, ao analisarmos as compras da Petrobras, como eram feitas, para sabermos se a Abreu e Lima foi superfaturada ou não, se Pasadena foi ou não... Nós temos que ter um conjunto de pessoas que... Então, nós gostaríamos de que fossem convocadas outras pessoas.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – O Deputado Sandro Mabel, com sua inteligência que lhe é...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deixem só eu passar a palavra formalmente ao Sr. Relator. V. Ex<sup>a</sup> agora dispõe – está certo? – do tempo para apresentar os requerimentos que estão consensualizados com as Lideranças nesta reunião preliminar que tivemos.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – O Deputado Sandro Mabel, com a inteligência que lhe é peculiar, senão não seria um empresário bem-sucedido em nosso País...

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Obrigado. É que analiso as coisas.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – O que nós propusemos hoje, aqui, de entendimento e de acordo? Primeiro, nós temos uma lista extensa de requerimentos que, na sua grande maioria, têm a ver com o escopo direto do que nós estamos investigando, mas existem muitos requerimentos que estão numa outra direção, não daquilo que está efetivamente para ser investigado pela CPI. Então, o primeiro procedimento que nós procuramos adotar neste momento da CPI foi separar aquilo que diz respeito à nossa investigação daquilo que não diz respeito, neste momento, a esta investigação. Não quer dizer que não possa vir a ser ou fazer parte do processo de investigação logo ali na frente. Tanto que nós não estamos falando aqui em rejeitar nenhum requerimento. Nós estamos falando de apenas aprovar alguns requerimentos agora, o que não descarta que esses requerimentos possam ser aprovados numa outra reunião.

Então, feita essa separação, nós fomos entre os requerimentos que tratavam de Petrobras, de Operação Lava-Jato, que eram importantes para este processo, para este momento da investigação.

É óbvio que nós temos requerimentos aqui que tratam da Petrobras inteira. Se nós fôssemos na linha de aprovar todos os requerimentos que tratam, neste momento – falo: neste momento –, da Petrobras, nós abriríamos de uma forma tão grande o processo de investigação, que ficaria quase impossível de nós investigarmos. Vocês imaginem nós investigarmos a Petrobras Transportes, investigarmos a Petrobras Distribuidora, investigarmos a... Bom, daqui a pouquinho nós estaremos investigando os postos de gasolina que fazem parte do sistema Petrobras. Não é essa a nossa intenção como CPI. Nós queremos investigar aquilo que está proposto no escopo da CPI, o que não significa que, na sequência do processo de investigação, não vão aparecendo outras questões que nós vamos entender que devemos também investigar.

Dito isso, o que eu estou... O que nós propusemos aqui não é... Também quero dizer aqui: não é uma proposta minha, única e exclusiva. É uma proposta feita olhando e analisando tudo aquilo que foi dito nestes últimos dias em relação à CPI e, na minha avaliação, é possível construir um acordo para este momento. Porque é óbvio que há aqui pessoas que querem, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, investigar outras questões, que têm outros requerimentos, que têm outras iniciativas. Então, o que nós estamos propondo aqui para votar de acordo é aquilo que é possível ser votado neste momento e que, no entendimento deste Relator, contribui, neste momento, volto a dizer, de forma decisiva para o processo de investigação que nós estamos iniciando.

Então, Deputado Sandro Mabel, não significa aqui que nós estamos deixando de lado A, B ou C ou não estamos tendo o critério de investigar geral. Se a gente aprova, se formos querer investigar todas as áreas da Petrobras, bom, nós vamos, daqui a um pouquinho, estar investigando navios, os navios que foram comprados, os navios que foram vendidos, as refinarias, o posto de gasolina, nós vamos abrir o leque de investigações, que ainda não é, neste momento, o foco da investigação que nós estamos querendo dar.

Pode ser, daqui a pouco, uma linha de investigação que vamos abrir e vamos trabalhá-la. Para isso, estamos propondo o quê? Em votação simbólica, 56 requerimentos... aliás, 54 requerimentos para convocação de pessoas ou requisição de documentos. Quais são esses requerimentos? Requerimentos nºs 7, 9, 11, 22...

(Intervenção fora do microfone.)

Ah, os autores. Então, o nº 7 – isso aqui é para votação simbólica, não precisa ser votado de forma separada –, que é um requerimento do Deputado Rodrigo Maia, que solicita todos os processos que tramitam no TCU em que figure como parte a Petrobras, entre os anos de 2005 e 2014.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM - RJ) – Presidente, quero só fazer uma inclusão. Todos aqueles que tenham referência à CPI.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – À CPI. Exatamente.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM - RJ) – Foi um pedido do TCU, porque diz que tem muita coisa lá que...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Todos aqueles que tenham referência à CPI.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM - RJ) – No caso do TCU.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – O.k.

Não vou ler aqui o escopo do requerimento, senão vamos perder três horas fazendo isso. Então, são: 7, Deputado Rodrigo Maia; 9, Deputado Rodrigo Maia; 11, Deputado Onyx Lorenzoni, que tem correlatos o 229 e o 297; 12, Deputado Onyx Lorenzoni, que tem correlatos o 242 e o 401; 13, Deputado Onyx Lorenzoni, que tem correlatos o 224 e o 418; 15, Deputado Onyx Lorenzoni, que tem correlatos o 424; 16...

Tem certeza de que precisa ler tudo isso aqui? É regimental isso?

**O SR. FERNANDO FRANCISCHINI** (SD - PR) – Presidente, não dá para dispensar a leitura? Todos estão...

(Interrupção do som.)

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – A lista é essa que foi entregue a V. Ex<sup>as</sup>...

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Não há necessidade, Sr. Presidente.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – ... excluídos o 440 e o 447.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>as</sup>s têm a lista em mão, não têm?

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Sr. Relator, apenas uma modificação.

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Quatrocentos e quarenta e sete.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – O último requerimento, o 648, em que pese constar aqui ser do Deputado Francischini e outros, dentre esses outros...

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – O 40 e o 47 retira.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – No último requerimento, Sr. Relator, o 648, do Deputado Francischini e outros, e eu me incluo dentre esses outros, apenas para mudar o nome. Fui informado pelo Tribunal de

Contas que o correto seria ouvirmos o Secretário do Tribunal de Contas, e não o auditor. Então, mudar o nome do convocado para Osvaldo...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Osvaldo...

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – ... Perrout.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Osvaldo Perrout, Secretário do Tribunal responsável pela...

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Ele seria mais importante, e não o Bruno, que é um...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – O.k.

**O SR. FERNANDO FRANCISCHINI** (SD - PR) – Presidente, o requerimento é meu e eu gostaria de ser ouvido, Sr. Presidente. O requerimento que o Deputado Carlos Sampaio...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Pois não.

**O SR. FERNANDO FRANCISCHINI** (SD - PR) – Gostaria, então, de manter os dois também, além dele, porque são os dois que assinam os dois requerimentos...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ficam os dois mantidos, mais o Osvaldo.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – O.k.

Esses seriam os simbólicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Não, não. Espera aí, Presidente. Vamos discutir.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Presidente, antes de entrar na fase de votação, estou de pleno acordo...

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Não. Estamos na fase de discussão. Desculpe.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Estamos discutindo agora. Só quero fazer a informação a V. Ex<sup>a</sup>, para que possa ser recebido pelo Relator, sobre o Requerimento nº 652, por quê? Porque ele solicita o convite aos delegados responsáveis pela Operação Lava-Jato para que venham a esta CPMI. Revisei todos aqui e não havia nenhuma lembrança. Em situações anteriores, V. Ex<sup>a</sup> vai lembrar, foram valiosos os depoimentos de delegados da Polícia Federal, aqui, no episódio recente da CPMI do Cachoeira, em que V. Ex<sup>a</sup> estava e eu também e outros membros aqui. Então, é muito relevante que se possa ter aqui aqueles que comandaram o inquérito da Polícia Federal...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Importante. O Relator já incluiu.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sandro, um minuto.

Nos requerimentos, temos encaminhamentos. V. Ex<sup>a</sup> deseja encaminhar contra ou a favor os requerimentos? Teremos dois de cada Casa para encaminhamento.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Sr. Presidente, é apenas por um erro técnico...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para encaminhamento a favor...

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – A favor, Deputado Carlos Sampaio também.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para encaminhamento a favor, Carlos Sampaio e Rubens Bueno.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Apenas para uma correção, Sr. Relator.

No 561, constou a convocação de membro do Ministério Público. Evidentemente, foi um erro. Peço desculpas aqui, publicamente. É um convite aos membros do Ministério Público. É o 561.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Um convite. O.k.

Deputado Sandro Mabel, V. Ex<sup>a</sup> encaminha a favor do bloco de requerimentos ou encaminha contra?

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão e um pedido. A sugestão é que, se o senhor for observar aqui, apesar de parecer um bloco grande e interessante, ele é um bloco que tem uma série de repetições; por exemplo, para convocação aí de uma série de pessoas como esses parentes do Paulo Roberto Costa, vemos vários requerimentos iguais. São correlatos, só que aparecem na lista, repetidos por várias vezes. Então, dá a impressão de uma lista extensa.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria pedir...

E as requisições que existem aqui, por exemplo, do Ministério da Justiça, sobre o recolhido como prova da Polícia Federal na residência e no escritório do Sr. Alberto Youssef, isso está dentro da CPI, está dentro do relatório; é só acessar o que foi disponibilizado eletronicamente, que isso está lá dentro. É só entrar, que você vai ver todo esse material, com uma série de outros materiais que estão sendo pedidos aqui. Então, estamos aprovando requerimentos de materiais que já temos disponíveis.

Nós precisamos entender...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Eu havia explicado... Se me permite, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Sr. Relator.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – É que V. Ex<sup>a</sup> chegou no final já da reunião...

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Não, não cheguei no final. Eu fui o primeiro a chegar aqui, eu só não fui chamado para lá. Só isso. Apesar de ser Vice-Líder do Partido aqui na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Deputado Lucio Vieira Lima representou o PMDB, foi o representante do PMDB na reunião. Da próxima vez, nominarei V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Sr. Presidente, eu pediria que o senhor chamasse, porque eu vou falar uma coisa para o senhor. Nesta CPI aqui, eu entendo profundamente de empresa, de relatório, dessa coisa toda, então, nós não vamos passar por isso daqui sem dar uma olhada geral no que está envolvendo. Nós não vamos fechar esta CPI aqui com essa conversinha de Youssef não. Esse Youssef é só uma pontinha do *iceberg*, aliás, eu diria que ele não é a ponta, eu diria que ele é o para-raios, ele é acima da ponta do *iceberg*, de tão pequeninho que é isso aí em relação ao que tem para baixo. Então, temos que ter critérios para olhar isso tudo aqui. Se estamos querendo fazer isso aqui de resolver só com o Youssef, com os doleiros, com as mulheres do Youssef, com essas coisas aqui, não é por aí que vamos andar.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Então, quero dizer só, Sr. Presidente, que nós precisamos caminhar. Eu gostaria de pedir ao Relator que a gente tivesse essa observação para que pudéssemos ter uma ideia do que estamos conversando.

Por que surgiu? Não temos que ir na consequência. A consequência foi que esse cara pagou propina para um monte de gente. Mas por que ele teve chance de pagar propina? Porque existem contratos urgentes e outros.

Então, Relator, para que possamos fazer algumas coisas, eu queria pedir para o senhor que pudéssemos incluir pelo menos mais uns três ou quatro requerimentos aqui, de forma que a gente pudesse ter uma ideia do que isso daí poderia fazer. Gostaria que o senhor pudesse incluir...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bem, vamos votar.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Eu quero incluir no bloco, Presidente!

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Presidência vai votar o bloco do Sr. Relator.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Um momentinho, Sr. Presidente. Só tem um problema, tenho uma questão de ordem que precede a votação.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Mas eu queria incluir nesse bloco!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem uma questão de ordem.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Questão de ordem sobre o artigo...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Eu também tenho questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Passarei depois para V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – ... 159 do Regimento da Câmara e 130 do Regimento do Senado, que determinam que, quando há requerimento de preferência sobre a mesa, ele é deliberado antes de qualquer outra votação. Só peço... Coloquei o requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – ... daquelas duas convocações que julgo importantíssimas. Lamentavelmente, não houve acordo com a representação do Governo, que seguramente teme o depoimento das pessoas. Posso compreender isso. Mas, eu gostaria de ver votado para que fique registrado quem é a favor e quem é contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, Deputado Onyx. Quando tive a prudência de convocar as Lideranças foi que a preferência passou a ser dos requerimentos do Relator, mas V. Ex<sup>a</sup> terá...

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Por quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... o pleno atendimento do requerimento que propõe.

Tentei um acordo – V. Ex<sup>a</sup> chegou ao final . Tentei um acordo, mas, à luz do Regimento, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser que eu vote a preferência de V. Ex<sup>a</sup> agora, eu haverei de votar.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Querido amigo, respeitosamente, como sempre fiz com V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos votar. Não há dificuldade.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Regimento Interno do Senado, art. 412: “III – impossibilidade de prevalência sobre norma regimental [...]”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já li. Tentei fazer a preferência aos requerimentos do Relator com apoio dos Líderes. Mas encaminharei agora os dois requerimentos de preferência de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – É só um, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Um requerimento.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – É só um para o nobre Relator, que acatou a questão dos delegados, a quem agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Afonso com a palavra... Ministro.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de solicitar que o Relator, mesmo que rapidamente, tratando do fato determinado na instalação da CPMI e dos eixos de investigação, identifique, mesmo que genericamente, qual será a evolução da investigação.

Eu gostaria que também fosse dada a informação se houve a recepção dos documentos solicitados anteriormente e qual o trabalho daqui para frente. Porque, definida essa votação, que será simbólica, nós, que estamos aqui em plenário e que estamos vendo a disputa política em torno de requerimentos específicos, teremos maiores esclarecimentos sobre a conveniência de expandir ou a conveniência de exaurir as investigações decorrentes do que já há de material coletado e de audiências, oitivas a serem realizadas. Então, acho que o Deputado Marco Maia poderia nos esclarecer, mesmo que seja ao término da votação simbólica, qual é o horizonte do trabalho com o que já está aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Afonso, ao término da votação, nós vamos conceder as informações a V. Ex<sup>a</sup>.

Vamos votar as preferências.

Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu quero, aqui, mais uma vez, chamar ao bom senso. V. Ex<sup>a</sup>, na condição de Presidente, e o Relator convidaram os Líderes aqui presentes, da Câmara e do Senado, para uma reunião em que pudéssemos não somente adotar uma estratégia em termos de procedimentos, mas que nós pudéssemos construir consensualmente a pauta do que nós iríamos discutir e aprovar aqui. Eu entendi que o sentimento de todos os que estavam lá era esse.

Nós só podemos permanecer vinculados a esse acordo se houver o entendimento de todos de que o acordo é aquele que foi feito lá. Obviamente que, regimentalmente, todo mundo tem direito de colocar o que quiser para votar, mas nós estamos aqui discutindo uma questão política. Todos nós queremos que as coisas avancem, que elas sejam investigadas. Nós já temos aí gente para ser convocada demais, estamos caminhando hoje com mais quase 80 requerimentos, e não há, da nossa parte, concordância com o requerimento ou com os requerimentos que estão sendo apresentados, com todo respeito ao Deputado Lorenzoni.

Então, o apelo que eu gostaria de lançar a todos os Líderes é que nós pudéssemos ser fiéis ao que nós definimos ali. Não está havendo nenhuma dificuldade para que se possa votar isso posteriormente, mas que nós pudéssemos nos preservar nesse acordo, porque acho que faz com que a gente possa avançar.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Sr. Presidente, foi nesse sentido a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na sua questão de ordem, Deputado Afonso, ao final da votação simbólica, como V. Ex<sup>a</sup> solicitou.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Sr. Presidente, permita-me fazer um encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Eu ouvi o Líder Humberto Costa, ouvi o Deputado Sandro Mabel, legítimos os interesses colocados, sobretudo a vontade de fazer esta CPMI funcionar, para que as prerrogativas do Parlamento não se esvaim num processo desse. E nós estamos, agora, à beira de um processo de recesso parlamentar e campanha eleitoral. Quer queira, quer não queira, estaremos nós, aqui, trabalhando toda a semana para esta CPMI.

Por isso, Sr. Presidente, a proposta que nosso Relator, Deputado Marco Maia, faz, contempla 16, por exemplo, dos 135 requerimentos que eu apresentei para votação simbólica. O que não nos desobriga de continuar na luta para aprovar os demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Claro.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Da mesma forma da relação da votação nominal, o Relator Marco Maia apresentou 12 requerimentos nossos, dos 79 que nós temos; não nos desobriga de continuar lutando para a quebra de sigilo que nós queremos. Só que eu também tenho um requerimento de preferência da quebra de

sigilo e vou retirá-lo em homenagem a esse acordo para que a CPMI, no seu tempo e no seu espaço, possa trabalhar. Quando o Relator fala da amplitude, e tem razão, volta-se àquele início da reunião, quando nós propusemos aqui as sub-relatorias para que se ampliasse e desse o devido cuidado para àqueles que fossem cuidar.

Então, de minha parte, mantendo o acordo sem demérito e sem a legitimidade das propostas apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Deputado Lúcio.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Dentro do que colocou o Deputado Rubens Bueno, foi justamente o espírito daquela reunião. Aqui não se criaram critérios para o funcionamento da CPMI.

Criaram-se critérios para esta reunião, para que se tirasse uma posição que permitisse que a CPI andasse no dia de hoje e mostrasse, inclusive, à sociedade, que está comentando sobre a questão do recesso, etc., que a CPI está andando, que o objetivo é apurar. Logicamente não vai contemplar a individualidade de cada Parlamentar no desejo de aprovar hoje este ou aquele requerimento, mas o acordo foi feito no sentido de mostrar a vontade de investigar, a vontade de apurar. Eu, que estava presente naquele acordo, representando o PMDB, tenho certeza de que esse acordo contempla a maioria deste Colegiado no dia de hoje.

Sugiro até que, para outras reuniões, o Relator possa convocar os Líderes para uma pré-reunião, para que não chegue realmente a uma maneira em que se apresente uma lista de requerimentos, que se vai aprovar em bloco, em que seja difícil saber cada um e tal.

Então, fica a sugestão para que, na véspera, se convoque uma pré-reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sugestão válida.

Deputado Francischini.

**O SR. FERNANDO FRANCISCHINI** (SD - PR) – Presidente, pelo Solidariedade, nós participamos da reunião e a inclusão pelo Relator dos requerimentos de quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Alberto Youssef e do Sr. Paulo Roberto Costa mostrou, em nossa visão, de que nós estamos dando o primeiro passo realmente no sentido de buscar essa ponta do *iceberg* que o Deputado Sandro Mabel colocou.

Então, por nós, acompanhamos o acordo para que possamos votar essas quebras de sigilo e as convocações, mas não abrir mão de, na sequência, apoiar os requerimentos do Deputado Rubens Bueno, Deputado Onyx, Deputado Sandro Mabel, para que possamos, depois desses requerimentos, fruto de um primeiro acordo, também aprovar uma nova ordem de preferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Consulto V. Ex<sup>a</sup>s e consulto o Líder do Democratas se posso, antes das preferências, votar o bloco de requerimentos.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Sr. Presidente, apenas para reiterar as palavras ditas pelo Deputado Francischini.

*Referendum in totum.*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. PSDB.

Deputado Onyx, eu poderei votar os blocos ou V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Presidente, só para que eu possa compreender: nós vamos votar, então, a proposta do Relator e, logo a seguir, nós apreciamos as demais?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Claro. Essa é a posição da Presidência.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Eu só quero uma última informação: o Requerimento nº 652 estará no bloco que nós vamos aprovar, que é dos delegados da Polícia Federal?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esse requerimento já foi incluído no bloco do Relator.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – O.k. Então, eu concordo com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação o bloco de requerimentos, em votação simbólica...

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Sr. Presidente, eu tenho um requerimento de preferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os requerimentos de preferência serão votados....

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Sr. Presidente, o senhor não consultou o PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os requerimentos de preferência serão votados após a votação do bloco.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Espere aí, Presidente. O senhor está consultando, e o PMDB faz parte desta discussãozinha aqui. O senhor tem que consultar o seu PMDB também.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu consulto V. Ex<sup>a</sup> se concorda se eu posso votar... O Deputado Lúcio falou e eu pensei que ele estava falando pelo PMDB. Me perdoe, mas eu pensei que ele...

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Eu estou falando pelo PMDB.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Mas você já falou que concordava em votar a preferência depois?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele confirmou o acordo que foi feito.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (PDT - RO) – Sr. Presidente, há dois requerimentos de preferência de minha autoria também...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – Estão aqui.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Sr. Presidente, desculpe, mas eu gostaria que o senhor não criasse uma intriga entre nós, porque não existe uma intriga...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu não estou criando...

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – O que existe aqui é que o Deputado Lúcio concordou com o bloco, nós estamos concordando com o bloco, porém, nós colocamos um requerimento de preferência e, neste momento, eu estou falando pela Partido no requerimento de preferência. O que nós queríamos pedir com isso? Como não foi contemplado dentro desse bloco a coisa, nós temos duas soluções a serem dadas. Esse caso é de quatro requerimentos que pegam o representante do funcionário, o representante do conselho de administração, um representante de auditoria e dois diretores. São cinco requerimentos que completam uma ideia dos empregados, vamos escutar o conselho de administração, escutar o conselho de minoritários. Então, nós vamos escutar para termos uma ideia do que se passou dentro da Petrobras, inclusive com Pasadena e tudo o mais.

Então, qual é o nosso pedido ao Relator? É que pudéssemos, em vez de ser votado como requerimento de preferência – porque preferência tem preferência, e nós vamos defender que seja de preferência –, pudéssemos votar, colocar isso dentro do bloco, porque acho que são requerimentos simples e que vão dar uma chance de fazer.

Aí, Deputado Marco Maia, o senhor, com a sua sabedoria, que tenho certeza que fez isso daqui, fará um requerimento muito bom, vai-lhe ajudar nas suas decisões.

Acho que não teria problema incluir esses cinco requerimentos aqui, até para que a gente evitasse votar essa preferência. Nós queríamos, então, pedir isso ao nosso Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Sandro Mabel, eu peço, inicialmente, desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, porque, com relação ao PMDB, eu deveria ter consultado o Vice-Líder que é o Líder em exercício.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Eu sou Vice-Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vice-Líder que é o Líder em exercício.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Eu sou Vice-Líder também.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Nós jogamos juntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E devem jogar juntos sempre.

Quando o Deputado Lucio participou da reunião, eu tomei a palavra dele como a palavra do PMDB.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Lógico! É a palavra do PMDB. Porém, na preferência...

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – E eu só fui à reunião porque falava pelo PMDB, senão eu não iria à reunião.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Afonso.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Só para ajudar a condução, porque veja...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Vamos votar ou não vamos votar?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos votar. Eu estou esperando votar.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Presidente, eu ouvi todo mundo, pessoas que falaram três, quatro vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Estou tentando ajudar.

Houve um esforço de acordo proposto pelo Relator em um número expressivo de requerimentos. Se nós pudermos ouvir... A minha proposta foi o Relator fazer uma análise dos eixos de investigação e da investigação com relação a... Porque se acatarmos esses quatro, evita a gente abrir aqui depois uma dezena de disputas, cada encaminhamento com essa dificuldade.

Então, qual o meu pedido? Aquela minha questão de ordem, que eu na hora sugeri que fosse após a votação simbólica, para fundamentar quais nós vamos incluir... Porque, *grosso modo* – eu sei que o Relator está

ali –, acho que é o Relator e o compromisso de todos nós de investigar. Se o Relator disser: "Eu acato os quatro." Votam-se os quatro simbolicamente, e matou!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom, eu posso... Ao PMDB eu pergunto: eu posso votar inicialmente o bloco?

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não?

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não há concordância. Vamos para...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (PDT - RO) – Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Marcos Rogério.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (PDT - RO) – Indago a V. Ex<sup>a</sup> – também tenho dois requerimentos de preferência que estão sobre a mesa –: V. Ex<sup>a</sup> está dialogando com os Parlamentares sobre a possibilidade de incorporar os requerimentos que são objeto dos pedidos de preferência ao bloco, ou fazer a votação tão logo seja apreciado o bloco?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Marcos, nós construímos um acordo, vamos votar o acordo. Há requerimentos de preferência. Regimentalmente, os requerimentos de preferência têm a necessidade de ser votados antes do bloco de acordos.

Para o que nós estamos apelando, já com a concordância do Deputado Onyx e dos demais Líderes, é votar o bloco e depois votar exatamente as preferências. Fazer apenas uma inversão. Mas só farei a inversão se houver concordância de todos os Srs. Líderes.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (PDT - RO) – Sr. Presidente, com esse acordo do bloco eu retiro os requerimentos de preferência. Com esse acordo de votar na sequência.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Presidente, nós entendemos que como o bloco já foi acordado, não tem mais nenhum tipo de problema; então não tem problema votar a preferência primeiro. Nós entendemos que a preferência deve ser votada primeiro e depois nós votamos o bloco.

O bloco já está resolvido. O bloco vai ser simbólico.

**O SR. FERNANDO FRANCISCHINI** (SD - PR) – Presidente, só uma coisa rápida com o Relator. Eu retiro os dois nomes que o Deputado Carlos Sampaio propôs, dos auditores do Tribunal de Contas da União, e trazemos só o chefe, para evitar que haja pressão política e, no futuro, esses auditores façam relatórios não fiscalizando o Governo por medo de virem aqui responder. Então, vamos trazer o chefe, porque a gente está fazendo uma coisa digna para o País de não pressionar um cara que fiscalizou decentemente o patrimônio público.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então, vamos votar as preferências.

Com a palavra, o Sr. Relator para discutir as preferências. Depois, votaremos os requerimentos.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Como fruto do acordo que foi firmado aqui, Presidente, se cabe a mim dar parecer, eu rejeito todas as preferências. As preferências, não os requerimentos. As preferências!

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – O Deputado Rodrigo Maia participou da reunião em nome da nossa Bancada.

A construção do acordo me parece, nesse momento, respeitar aquilo que foi construído na reunião. Então, eu vou retirar e vou já pedir ao nobre Relator para que, no próximo bloco, inclua tanto o representante Sinedino, dos funcionários da Petrobras, quanto o Dr. Ilde Sauer como pessoas que venham à nossa CPMI. E peço a compreensão e o compromisso do Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Deputado Marcos Rogério, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Onyx, que foi muito bem representado pelo Deputado Rodrigo.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Com esse compromisso, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E com esse mesmo compromisso.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Também retiro meu requerimento, com esse mesmo compromisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Retirando as preferências.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Da preferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Retirando as preferências.

Só ficam agora os requerimentos do Deputado Sandro Mabel.

Deputado Sandro Mabel.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Sr. Presidente, eu só queria explicar aqui o seguinte, só para a gente poder compreender o que estamos falando.

O bloco precisa ter um sentido, e ter um sentido importante. O Relator deu uma visão importante, os Líderes concordaram com essa visão, porém, quando você tem...

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Pois não, Deputado.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Só estou sugerindo que coloquemos em votação, senão ficamos fazendo bate-boca entre nós aqui. Não cabe.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós estamos construindo o consenso. Já avançamos muito.

Falta a palavra do Deputado Sandro Mabel.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – O que estamos pedindo apenas, Sr. Presidente, é o seguinte. Esses requerimentos feitos são diferentes dos outros. São requerimentos só administrativos, são só pessoas administrativas, não ajuda.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> mantém a preferência, vamos votar sua preferência.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Nós queríamos pedir aos pares... Porque é o seguinte, Carlos. O que temos aqui é um requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos votar.

Deputado Sandro Mabel...

**O SR. FERNANDO FRANCISCHINI** (SD - PR) – Presidente, a gente está perdendo quórum para votar as quebras. A gente está perdendo quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu posso votar a preferência? Qual a decisão de V. Ex<sup>a</sup> com relação à preferência? Posso votar inicialmente o bloco de acordo e depois a preferência?

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – O senhor vai votar a preferência quando? Na sequência?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Posso votar a preferência na sequência. O.k.?

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Na sequência?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Na sequência.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO) – Então, vamos lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação simbólica os requerimentos apresentados pelos Srs. Líderes, a partir do Sr. Relator. Pelos Srs. Líderes, a partir do Sr. Relator.

Em votação simbólica.

As Sras e Srs. Senadores, Deputadas e Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovados.

Vamos, agora, aos requerimentos de quebra de sigilo, em que há necessidade regimental de votação nominal.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para encaminhar, Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Em nome do Partido dos Trabalhadores, quero encaminhar de acordo com o posicionamento do nosso Relator no sentido de que, nesse momento – nesse momento – nós não aprovemos esses requerimentos que constam do pedido de preferência. Então, o PT encaminha “não”.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Não, é o sigilo.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – É o sigilo.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Desculpem! Desculpe, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – Estou na quebra de sigilo.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Agora é o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação nominal os requerimentos.

Vou pedir ao Relator para ler quais são os requerimentos de quebra de sigilo. Essa única votação, Deputado Francischini, será replicada em todos os requerimentos. Por isto, peço a atenção dos senhores, para dissipar quaisquer dúvidas. Vamos fazer uma votação valendo para todos os requerimentos de quebra de sigilo, o.k.?

Com a palavra, o Sr. Relator.

Ela será isolada para requerimento tal, tal, tal.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Um a um.

Então, Requerimento nº 52, que requer...

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM - RJ. *Fora do microfone.*) – Não precisa ler não!

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Mas esse é bom ler, porque vai ser votado aqui: requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Alberto Youssef, preso na Operação Lava-Jato. Do Deputado Fernando Francischini, com o Requerimento correlato nº 97 – transferência de sigilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação.

Como vota o Senador João Alberto? (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Senador Aníbal Diniz. (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoria/PSDB - PR) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – “Sim”.

Senador Mário Couto. (*Pausa.*)

Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)

Senador Antonio Carlos Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Gim Argello.

**O SR. GIM** (Bloco União e Força/PTB - DF. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ataídes Oliveira. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)

Senador Ruben Figueiró. (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Senador Cidinho Santos. (*Pausa.*)

Encerrada a votação no Senado.

Como vota o Deputado Sibá Machado?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT - AC) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Marco Maia é voto conhecido, Relator.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – “Sim”.

Deputado Sandro Mabel.

**O SR. SANDRO MABEL** (PMDB - GO. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – “Sim”.

Deputado Lucio Vieira Lima.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Hugo Napoleão. (*Pausa.*)

Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – “Sim”.

Deputado Carlos Sampaio.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Aguinaldo Ribeiro. (*Pausa.*)

Deputado Rodrigo Maia.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM - RJ) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Bernardo Santana. (*Pausa.*)

Deputado Júlio Delgado. (*Pausa.*)

Deputado Fernando Francischini.

**O SR. FERNANDO FRANCISCHINI** (SD - PR) – “Sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens Bueno.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Arnaldo Faria de Sá. (*Pausa.*)

Deputado Marcio Junqueira. (*Pausa.*)

Deputado Enio Bacci. (*Pausa.*)

Deputado Marcos Rogério.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (PDT - RO) – “Sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Onyx Lorenzoni.

Onyx está bloqueado.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Já votou o Rodrigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Jaime Martins. (*Pausa.*)

Deputado Moreira Mendes. (*Pausa.*)

Deputado José Otávio Germano. (*Pausa.*)

Encerrado. Só com o voto de Marcos Rogério entre os suplentes.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Presidente, só uma questão de ordem. O senhor pode manter essa rotina nesta reunião, mas eu acho que era importante se debruçar, porque, com a revogação da Lei nº 4.595, de 1964, em que se aboliu exigência de maioria absoluta para as transferências de sigilo, basta apenas a maioria simples do Plenário das Comissões Parlamentares de Inquérito, é completamente desnecessária a chamada nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas esta Presidência vai fazê-la.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Presidente, eu sei. Eu quero apenas... Porque quando houver, no futuro, a possibilidade da unanimidade, o senhor, processualmente, ganha tempo. O senhor só faria a chamada nominal quando houver discordância relevante.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Mas o senhor concorda que a minha observação está correta?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É verdade. Agora, nas quebras de sigilo, esta Presidência toma todas as precauções possíveis para não judicializar a decisão desta Comissão.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu voto “sim”. Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vota “sim”.

Encerrada a primeira... (*Pausa.*)

Ainda faltam dois votos.

O Deputado Sibá votou?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT - AC) – Eu votei, Presidente. Meu voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – São 17; faltam dois.

**O SR. FERNANDO FRANCISCHINI** (SD - PR. *Fora do microfone.*) – Presidente pode votar?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só para desempatar.

Vamos aguardar. (*Pausa.*)

Nós só temos 15 votos, faltam dois votos.

Senador José Pimentel, como vota? (*Pausa.*) Com o Relator. Falta um voto.

Obrigado, José Pimentel.

Peço que não saiam para não perdemos o quórum. (*Pausa.*)

Para completar a votação, o quórum necessário, nós temos 16 votos, falta um voto para completar. Peço paciência aos senhores. (*Pausa.*)

Chegou Aníbal?

Senador Aníbal Diniz.

Salvou...

“Sim”, com o Relator.

Concluída a votação: 16 votos SIM.

Encerrada a votação.

Vamos para o próximo.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Requerimento nº 53: requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O bloco está todo aprovado, porque esta votação... Consulto os senhores se esta votação pode ser replicada para todos os requerimentos.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT - AC) – De acordo, Presidente.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Concordo, no entanto, ressaltando que o procedimento que V. Ex<sup>a</sup> tem assumido só pode tomar esse desenho de agora quando houver uma situação de consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só de consenso.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Eu diria mais até: é de unanimidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu consulto o consenso e a unanimidade.

Nenhuma objeção a replicar essa votação para todas as outras no que diz respeito às votações nominais deste bloco?

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Votação encerrada.

Vamos ao requerimento de preferência.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Queria fazer só uma colocação, Sr. Presidente.

Nós já temos algumas quebras, Relator, que já se encontram quebradas no processo. Não há como a gente somente compartilhar aquilo?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós temos ainda um requerimento de preferência do PMDB.

Vamos votar o requerimento de preferência.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Requerimento é do Deputado Sandro Mabel que, apesar da ausência dele, eu gostaria de defender com intensidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Requerimento de preferência.

Sr. Relator, com a palavra.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Requerimento de preferência para votação dos Requerimentos nºs 24, 25, 52, 28 e 40, todos de 2014.

Bom, a minha opinião sobre esse requerimento é pela rejeição, fruto do acordo que foi realizado aqui para esta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É evidente a falta de quórum.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT - AC) – Vamos encerrar a sessão, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a falta de quórum, eu peço, para não prejudicar...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT - AC) – Para não prejudicar...

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Apenas registrar que o acordo não impedia a apresentação de requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Claro.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT - AC) – Correto.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Então, a fala do Relator Marco Maia não está condizente com o motivo que ele encaminhou para rejeitar. Aí não é o motivo combinado em termos de acordo.

A gente vai, por falta de quórum, suspender a reunião. Tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação dos senhores.

A próxima quarta-feira, às 14 horas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 57 minutos.)

#### ATA DA 7<sup>a</sup> REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7<sup>a</sup> Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 23 de julho de 2014, às 14 horas e 50 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo**, com a presença dos Senadores: **Humberto Costa e Aníbal Diniz** e dos Deputados **Marco Maia, Sandro Mabel, João Magalhães, Eduardo Cunha, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Izalci, Rodrigo Maia, Fernando Francischini** e Ru-

**bens Bueno.** Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Acir Gurgaz, Álvaro Dias, Mário Couto, Jayme Campos, Antônio Carlos Rodrigues, Gim e Ataídes Oliveira** e os Deputados **Sibá Machado, Lúcio Vieira Lima, Hugo Napoleão, Aguinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcelos, Júlio Delgado, Arnaldo Faria de Sá, Marcio Junqueira e Enio Bacci.** Esteve presente, ainda, o senador não membro, Antônio Aureliano. Na oportunidade, ocorreu a oitiva de Osvaldo Vicente Cardoso Perroux, Secretário de Controle Externo da Administração Indireta do Tribunal de Contas da União, em reunião secreta. Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Conforme convocação, a presente reunião administrativa destina-se à oitiva do Sr. Osvaldo Vicente Cardoso Perroux, Secretário de Controle Externo da Administração Indireta do Tribunal de Contas da União.

A fim de entendimento de V. Exªs, o Dr. Osvaldo Vicente Cardoso encaminhou a esta Presidência o seguinte requerimento:

Fui convidado para prestar esclarecimentos junto a essa Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional em razão da aprovação do Requerimento CPMI-PETRO nº 648, de 2014, o qual visa a que sejam prestados esclarecimentos sobre “os contraditórios relatórios técnicos exarados em relação à compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos”.

Na justificativa do referido requerimento, explicita-se que as informações requeridas referem-se às peças do TC nº 005.406/2013-7, processo de controle externo que consiste em representação para apurar eventual existência de dano aos cofres públicos na aquisição pela Petrobras da Refinaria Pasadena [...].

Ocorre, Excelência, que o referido processo de controle externo contém peças sigilosas, mormente cobertas pelo sigilo empresarial. Acrescente-se que o sigilo dessas peças foi apostado pela própria Petrobras. As peças produzidas na área técnica do TCU, que analisam esses documentos, também possuem caráter reservado. Nesse sentido, os documentos já fornecidos pelo TCU à CPMI foram enviados com a tarja de sigiloso, ou seja, sob a modalidade de compartilhamento do sigilo.

O auditor do TCU, por força do art. 86 da Lei nº 8.443, de 1992, é obrigado a guardar sigilo acerca dos dados e informações obtidos em decorrência do exercício do seu múnus público:

[É citado o art. 86.]

A violação do dever de sigilo pode gerar para o servidor pena disciplinar de demissão [...], apuração criminal por violação ao disposto no art. 325 do Código Penal, sem prejuízo de sanções cíveis. Mesmo a Lei de Acesso à Informação, que acolheu o princípio da publicidade dos atos administrativos, não descura da necessidade de respeito ao sigilo previsto em leis específicas e veda divulgar ou permitir a divulgação de informação sigilosa [...], além de explicitamente prever a responsabilização do agente que desrespeitar tal lei [...].

O decreto [...], que regulamentou a Lei de Acesso à Informação, no seu inciso II do art. 6º, explicitamente excluiu o direito de acesso às hipóteses de sigilo comercial, entre outras.

Em momento algum se olvida que a Constituição Federal de 1988 deferiu às Comissões Parlamentares de Inquérito os poderes instrutórios próprios das autoridades judiciais. Acrescente-se também que é de interesse da Corte de Contas contribuir novamente com a CPMI, após o envio de todos os documentos já solicitados, porém, em atenção à natureza sigilosa das peças do processo em comento e ao dever de sigilo imposto por lei aos auditores do TCU, solicita a V. Exª, com fulcro no art. 144, em especial o inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que se realize a oitiva deste petionante em sessão reservada.

Respeitosamente,

Osvaldo Vicente Cardoso Perroux

Secretário de Controle Externo da Administração Indireta do Rio de Janeiro.

Por força do art. 144, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, determino que esta reunião seja em caráter secreto.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM - RJ) – Sr. Presidente, eu tenho muitas dúvidas em relação a essa necessidade. A Petrobras agora, quando responde todos os requerimentos, também vem com esse negócio de sigilo e informação sigilosa. As informações são públicas. Estão todas na imprensa. Se alguém vazou, já vazou. Agora, na hora em que vamos discutir o tema, vem o assunto... Se aconteceu algum problema pelas informações

terem sido divulgadas, alguém já cometeu crime; não será cometido aqui, tanto que a imprensa já divulgou tudo o que está escrito no requerimento pedido.

Acho que não há nenhuma necessidade de esta reunião ser secreta, até porque essa é uma decisão do Parlamento, e não do auditor.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Há um requerimento do auditor...

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM - RJ) – Ele vem como convidado ou convocado e tem de cumprir a ordem do Congresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Há um requerimento do auditor, embaixado no Regimento Interno do Senado, com ampla argumentação. Esta Presidência vai decidir pela reunião em caráter secreto, por força da lei, por força da necessidade regimental.

Feito isso, suspendo os trabalhos por cinco minutos, para que possamos iniciar nossa reunião. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

*(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é tornada secreta às 14 horas e 57 minutos.)*

#### ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 30 de julho de 2014, às 15 horas e 01 minuto, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Gim**, com a presença dos Senadores **Ciro Nogueira e José Pimentel**, dos Deputados **Marco Maia, Sandro Mabel, Lúcio Vieira Lima, João Magalhães, Júlio Delgado, Eduardo Cunha, Afonso Florence, Izalci, Rodrigo Maia, Onyx Lorenzoni e Rubens Bueno**. Presente, também, o parlamentar não membro Senador **Fleury**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Acir Gurgaz, Aníbal Diniz, Álvaro Dias, Mário Couto, Jayme Campos, Antônio Carlos Rodrigues e Ataídes Oliveira** e os Deputados **Sibá Machado, Hugo Napoleão, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Aguinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcelos, Fernando Francischini, Arnaldo Faria de Sá, Marcio Junqueira e Enio Bacci**. Na ocasião, foi ouvido o senhor José Orlando Melo de Azevedo, ex-presidente da Petrobras América Inc. Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Conforme convocação, a presente reunião administrativa destina-se à oitiva do Sr. José Orlando Melo de Azevedo, ex-Presidente da Petrobras América Inc., que prestará seu depoimento na condição de testemunha e está compromissado na forma da lei.

O depoente fará sua exposição e em seguida será interpelado pelos Parlamentares dentro do assunto tratado, dispendo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do depoente ou dez minutos intercalando-se perguntas e respostas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o Relator ou Presidente e os autores dos requerimentos, a saber: nobre Deputado Rodrigo Maia, Requerimento nº 04; nobre Deputado Rubens Bueno, Requerimento nº 236; e nobre Deputado Carlos Sampaio, Requerimento nº 423, a seguir aos membros titulares, aos suplentes e aos não membros devidamente inscritos.

Concedo a palavra, a princípio, ao nosso Relator. E convido o depoente para vir ao local. (Pausa.)

Com a palavra, o nobre Relator, Deputado Marco Maia.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Gim Argello.

Quero cumprimentar todos os Srs. e Sras Parlamentares presentes a esta CPMI e também o depoente de hoje, Sr. José Orlando Melo de Azevedo, ex-Presidente da Petrobras América.

Vou iniciar aqui esta oitiva, fazendo, como de praxe, os questionamentos, as perguntas que foram preparadas para serem formuladas ao Sr. José Orlando. Volto a dizer que nós vamos realizar aqui todas as perguntas que forem necessárias, algumas, às vezes, mais impertinentes, mas, ao mesmo tempo, todas fazendo parte desse processo de investigação que está em curso na CPMI e que precisa, em alguma medida, buscar informações, trazer ao debate temas e confrontar, inclusive, algumas informações, no caso específico deste depoimento do Sr. José Orlando Melo de Azevedo, acerca da compra da Refinaria de Pasadena por parte da Petrobras.

Farei pergunta a pergunta ou em bloco, de acordo com o tamanho dos questionamentos que serão formulados.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Vai haver uma apresentação antes?

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas, com respeito ao Relator, sempre é dada a palavra, pelo Regimento, ao convidado.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Eu achei que o convidado não tinha...

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Bom, tanto melhor se ele entender assim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não, mas ele gostaria...

Muito obrigado pela sua experiência, Deputado Rubens Bueno.

Farei o seguinte: vou passar a palavra para uma apresentação breve do nosso convidado.

Por favor, V. Sª tem a palavra.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Boa tarde, Presidente desta Comissão, Senador Gim; Sr. Relator, Deputado Marco Maia; Sras Deputadas e Srs. Deputados; Sras Senadoras e Srs. Senadores e demais presentes.

Vou fazer uma apresentação inicial, abordando três tópicos. É bem breve.

Primeiro, um resumo da minha carreira profissional na Petrobras.

Segundo tópico: breve descrição da Petrobras América.

E, em terceiro, para finalizar, alguns resultados da minha gestão na Petrobras América, de 2008 a 2012.

Formei-me engenheiro mecânico em 1977, pela Escola Politécnica da Bahia, da Universidade Federal da Bahia, em dezembro de 1977. Fiz concurso público e entrei na Petrobras em fevereiro de 1978. Fui ao Rio de Janeiro, fiz o Curso de Especialização em Inspeção de Equipamentos e, em 1979, por opção própria, decidi retornar a Salvador, Bahia, para trabalhar no grupo pioneiro das construções das plataformas marítimas.

Então, de 1979 a 1988, trabalhei na Bahia como engenheiro do grupo de fiscalização. Fiscalizei cinco plataformas que foram instaladas no litoral sergipano. Naquela época, no Brasil, preferencialmente, a produção vinha da parte de terra, principalmente da Bahia, e, a partir de 1978, 1979, nós começamos a descobrir, então, o óleo no litoral, e o Nordeste se tornou o maior produtor, com o óleo que vinha da área marítima.

Além dessas cinco plataformas para o litoral nordestino, fiscalizei também a construção, ainda como engenheiro, de quatro plataformas já para a Bacia de Campos, na transição.

Em decorrência dessa minha experiência nas plataformas, em 1996, eu fui indicado como representante da Petrobras para a minha primeira missão no exterior, que foi em Angola, para acompanhar a construção de duas plataformas, Pacassa e Palanca, onde a Brasoil – subsidiária da Petrobras – estava construindo.

Em 1988, nove anos após entrar na Petrobras, eu assumi o meu primeiro cargo gerencial, assumi a gerência do grupo de fiscalização da Bahia que trabalhava com plataformas. Em 1989, também em decorrência da minha grande experiência em plataformas fixas, a pedido da Petrobras América, a Petrobras me indicou para acompanhar a primeira plataforma fixa de produção da Petrobras no Golfo do México, em 1989. Era uma plataforma de tecnologia inovadora. Quando eu retornei, em conjunto com nosso centro de pesquisa e o nosso pessoal de E&P, nós conseguimos desenvolver plataformas semelhantes, que hoje estão instaladas no Golfo do México.

De 1990 até 1997, eu tive outra ascensão gerencial e passei a ser Gerente Setorial. E aí fui responsável pela primeira plataforma marítima móvel da Petrobras. Até esse ano, a Petrobras só fazia plataformas fixas. Mas a Petrobras começou a ir para águas mais profundas e as plataformas se tornaram plataformas móveis.

Então, fui o gerente responsável pela Petrobras 20, que foi a primeira plataforma instalada em Campos.

Em 1994, fiz minha segunda missão internacional, também indicado pela Petrobras, e fui ao Reino Unido, à Inglaterra para acompanhar, junto com a Brasoil, uma licitação em que nós estávamos participando para instalar no Mar do Norte o primeiro FPSO, que é uma plataforma móvel também com formato de navio.

No meu retorno, em decorrência dessa experiência, fui transferido para o Rio de Janeiro, em 1995, onde fui gerente responsável pelo primeiro FPSO da Petrobras. FPSO é uma plataforma, como falei, em formato de navio, e tem como característica principal, diferente das outras plataformas, o fato de que ela armazena óleo. Ela é de muito uso quando se está em áreas em que não há infraestrutura, como oleodutos. Não se precisa ter um oleoduto, porque o óleo fica armazenado na plataforma e, periodicamente, outro navio, retira esse óleo e leva para as refinarias.

Com esse tipo de plataforma, a Petrobras despontou no mercado de gás e óleo exatamente porque grande parte do nosso óleo estava em fronteiras que não tinham infraestruturas de gasodutos.

Então, como já falei, fui o gerente responsável pelo primeiro FPSO instalado na Bacia de Campos.

Em decorrência, de novo, dessa experiência, de novo, tive outra ascensão gerencial em 1998: passei a ser gerente e fui indicado para acompanhar quatro plataformas em Cingapura, das quais três eram FPSO – esse tipo de plataforma a que me referi – e mais uma plataforma semisubmersiva. No meu retorno, em 2003, essas quatro plataformas possibilitaram o aumento da produção da Petrobras em 450 mil barris de óleo e 7 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Quando retornei, havia acontecido algumas grandes descobertas no Espírito Santo e a Petrobras tinha decidido criar um empreendimento que tomasse conta de todas as obras do Espírito Santo, de terra e de mar. Em decorrência, de novo, da minha experiência, assumi esse empreendimento, mais uma ascensão gerencial.

Passei a ser gerente de empreendimento por cinco anos e fui responsável por todas as obras de terra e todas as obras de mar do Espírito Santo. Durante esse período, implantamos – eu e a minha equipe – 12 projetos; 2 FPSOs, 2 plataformas fixas, terminais no norte capixaba, 5 unidades de tratamento de gás e processamento de gás, unidade de tratamento de... Isso criou as condições para que o Espírito Santo, a partir daí, se tornasse o segundo maior produtor de petróleo do Brasil.

Tive uma nova ascensão gerencial: passei a ser gerente-geral. E daí fui aos Estados Unidos, assumi a presidência da Petrobras América principalmente porque o principal projeto da Petrobras América nos Estados Unidos era a instalação do primeiro FPSO da Petrobras no Golfo do México; o primeiro. A Petrobras. Não era nenhuma operadora americana que estava implantando o primeiro FPSO; era a Petrobras. Em decorrência dessa minha longa experiência em FPSOs, eu fui então indicado. Esse foi um dos grandes projetos que acompanhei e que entrou em produção em 2002, antes que eu saísse da Petrobras América.

Retornando ao Brasil em 2012, assumi a diretoria da TAG (Transportadora Associada de Gás), uma subsidiária 100% da Petrobras, que é responsável por todos os gasodutos de transportes do Brasil. A partir daí, em junho de 2014, me aposentei da Petrobras, aproveitando um plano de incentivo à aposentadoria, que foi bastante divulgado pela imprensa, o PIDV.

Em conclusão, foram 36 anos e meio de muito trabalho, muitos desafios, muitas conquistas, mas muito, muito trabalho realmente, quase quatro décadas. Durante esse período, passei por quase todos os cargos gerenciais da estrutura da Petrobras. Quer dizer, está no meu currículo... Se eu somar toda a capacidade de óleo equivalente de todas as plataformas que eu trabalhei, que eu instalei no mar, eu tenho no meu currículo mais de 1 milhão de barris por dia de óleo e gás de produção.

Na segunda parte da minha apresentação, eu gostaria de tecer alguns comentários sobre a Petrobras América. A Petrobras América é uma unidade operacional da Petrobras nos Estados Unidos. Assim como a Petrobras América, a Petrobras tem várias unidades operacionais. Tem no Chile, tem na Nigéria, tem na Tanzânia, tem na Bolívia, na Colômbia e nos Estados Unidos. Todas essas unidades operacionais estão ligadas, elas são responsabilidade da Diretoria Internacional da Petrobras que, por sua vez, está coordenada pela Diretoria Executiva da Petrobras, que define todos os pontos estratégicos e, através da Diretoria Internacional, ela emana para todas as unidades operacionais para que sejam seguidas as instruções da matriz.

Essa unidade foi criada em 1987, com o objetivo de estar presente no mercado mais competitivo do mundo, que é o mercado americano, e explorar e produzir óleo lá nos Estados Unidos, inclusive aproveitando a nossa tecnologia. Quando cheguei lá, o principal projeto da Petrobras América era exatamente o projeto de desenvolvimento de produção de dois reservatórios, o Cascade de Chinook, através desse primeiro FPSO que ia ser instalado lá no Golfo do México.

Foi um projeto pioneiro, em que quebramos vários recordes lá nos Estados. O primeiro, é a primeira FPSO, essa plataforma a que já me referi, instalada e em produção no Golfo do México. O segundo, é que esse FPSO é o mais profundo do mundo. A lâmina d'água é de 2.500 metros. Para os senhores terem uma ideia, o Morro do Corcovado tem 700 metros, é quase quatro vezes a distância da superfície do mar até o fundo do mar. Inclusive mais profundos do que os FPSOs aqui do Brasil.

Outro recorde que foi batido no Golfo do México é que o Poço 4 de Chinook foi o poço mais profundo do Golfo do México, 8,6 mil metros de distância da superfície do mar até o fim do poço na terra. Como quarto, que considero dos mais fantásticos da minha experiência por que passei em todos esses anos na Petrobras, é que é o primeiro FPSO desconectável do mundo.

Por que desconectável? Os senhores sabem que, nos Estados Unidos, têm furacão, a fase do furacão, que começa em julho e vai a dezembro em todos os anos. Então, os órgãos, as agências regulamentadoras dos Estados Unidos não iriam aceitar nunca uma plataforma que ficasse fixa, boiando, mas presa ao fundo do mar, com óleo armazenado. Eles aceitaram quando criamos essa tecnologia, em conjunto com o mercado, de desconectar o FPSO e levar para áreas abrigadas. Quando vem o furacão, o nosso FPSO, que é chamado de FPSO pioneiro, é o último a desligar, porque todos os outros têm que parar para retirar o pessoal. Ele é o último a desligar no Golfo do México. Ele desconecta, sai e vai para águas abrigadas. O furacão passa. Ele retorna, conecta e volta a produzir. Todos os outros operadores, quando voltam para suas plataformas, que ficaram lá e que o furacão passou por elas, têm que esperar, às vezes, cinco ou seis meses para recuperar os danos nas plataformas. Esse projeto foi realmente uma vitrine e está dando muita repercussão, inclusive várias operadoras americanas já estão usando, já vão usar, já estão em fabricação o FPSO para utilizar no Golfo do México.

A Petrobras América também atua na área de refino, que é objetivo desta reunião, a Refinaria de Pasadena, na área de comercialização de derivados de petróleo e na área de compras. A Petrobras América compra nossos projetos, na época, e compra para a matriz, para a Petrobras. Em 2012, quando saiu de lá, ela tinha um efetivo de 670 empregados. Na Refinaria de Pasadena, havia 310 empregados e o restante, eminentemente mais na área de E&P, 360 empregados.

Durante a minha gestão, de 2008 a 2012, trouxe alguns resultados de forma semelhante a que a Petrobras coloca aqui no Brasil, que é, primeiro, a taxa de sucesso de perfuração. A taxa de sucesso de perfuração, durante os quatro anos que passei na Petrobras América, foi de 58%. Para os senhores terem uma ideia, a média mundial da indústria de óleo e gás é 25%, 30%. Conseguimos 58%. Em decorrência disso, tivemos cinco descobertas de óleo e gás no Golfo do México. Entre elas, a descoberta de Tiber, em 2009, em maio de 2009, que é considerada a maior descoberta do Golfo do México, nos últimos 10 anos. As reservas provadas da Petrobras América, que são as reservas certificadas, aumentaram, durante esse período, em 185%. A produção média de óleo e gás da Petrobras América, também nesse período, aumentou em 167%.

E, finalizando, a confiabilidade operacional de Pasadena, que assumimos em 2008, em dezembro de 2008, aumentou de 67% para 92,3%, ao fim de 2012.

Finalizando, gostaria de registrar, então, que tenho realmente muito orgulho. Foram vários desafios, muito trabalho. Meu primeiro emprego e último emprego. Entrei com 21 anos. Quase quatro décadas nessa empresa que realmente admiro e em que acredito.

Estou à disposição para responder às perguntas dos senhores, do Sr. Relator.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado a V. Srª, Sr. José Orlando Melo de Azevedo, que está aqui na CPMI da Petrobras, na oitiva.

Passo a palavra ao Sr. Relator, nobre Deputado Marco Maia.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Muito obrigado, Presidente Gim Argello, Senador.

Vamos então às perguntas. A algumas delas V. Sª já respondeu e eu não irei fazê-las novamente.

A primeira pergunta que eu gostaria de lhe fazer aqui é: V. Sª é primo em primeiro grau do ex-Presidente da Petrobras, Sr. José Sérgio Gabrielli?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Meu pai é irmão do pai dele.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – E por óbvio, o Conselho de Administração da Petrobras América aprovou a indicação do seu nome para a Presidência da Petrobras América. Nessa época, quem era o Presidente do Conselho de Administração?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Só para esclarecer, Deputado, a minha indicação foi aprovada, a de gerente-geral, é aprovada pela diretoria executiva. Essa indicação não vai para o conselho da Petrobras. Então, é uma decisão da diretoria executiva da Petrobras.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Então ela não passa pelo conselho?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, ela não passa pelo conselho.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Certo.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Pela governança da Petrobras.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – O estatuto da Petrobras veda que um primo do Presidente da Diretoria Executiva ocupe o cargo de Presidente da Petrobras América?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não. Inclusive, quando eu fui nomeado, o ex-Presidente Gabrielli informou à CVM, que é a que coordena o mercado brasileiro, o mercado de ações, e informou também à SEC, que é a que coordena o mercado americano, lá de Nova York, e a resposta deles é que primo não é de primeiro grau, não é considerado de primeiro grau, que seria irmão, pai, irmã, por isso nem precisava ser informado. Foi essa a informação que recebi.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Certo. À época que V. Sª assumiu a Presidência da Petrobras América, V. Sª recebeu do então Presidente, José Sérgio Gabrielli, ou do então diretor da área internacional, Sr. Nestor Cerveró, orientações em relação aos objetivos e à gestão da Petrobras América, qual era o plano estratégico que se tinha para a Petrobras América?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, não. As instruções que eu recebi – inclusive, não era o Diretor Cerveró, já era o Diretor Zelada – eram de priorizar a implantação do projeto Cascade and Chinook, conforme falei na minha apresentação. Essa foi a única orientação que eu tive.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Quando V. Sª assumiu a Presidência da Petrobras América a refinaria de Pasadena já estava em plena operação?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Estava. Ela estava.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – E qual era a quantidade média de barris por dia de processamento à época? V. S<sup>a</sup> se lembra?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Na época ela estava com 60, vi na minha apresentação, mais ou menos 63% de eficiência operacional, o que representa, ela é de 100 mil barris, uma média de 63 mil barris. Quando eu saí, nós deixamos com 93 mil barris de média de produção.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Certo. E qual o tipo de petróleo que Pasadena processava à época e quais eram os produtos finais que eram processados?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Pasadena processa um óleo leve, bastante leve, que se chama no mercado americano de *light*, produz gasolina, diesel e um vestígio de óleo combustível. São os principais.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – E essa produção era capaz de atender às exigências do mercado americano?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Sim. A refinaria, o mercado americano, principalmente de gasolina, que era a maior produção da refinaria, tem quantidade de PPMs de enxofre que é definida para cada área metropolitana. Então, a nossa refinaria produzia gasolina que poderia ser vendida não nas cidades, nas principais cidades, porque aí tem que ser uma gasolina de baixo teor de enxofre, mas no interior e em outras cidades não tão populosas. É assim que funciona o mercado. Então o mercado americano tem refinarias específicas para produzir para outros mercados que não sejam o mercado de grandes cidades.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Certo. No período em que V. S<sup>a</sup> exerceu o cargo de Presidente da Petrobras América houve muitos investimentos na refinaria de Pasadena e, se houve, V. S<sup>a</sup> poderia dizer o valor desses investimentos?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Houve investimentos. Eu diria que, talvez, na média que eu tive lá, foram em torno, entre 50 a 70 milhões por ano, investimentos que se fizeram necessários em decorrência das auditorias dos órgãos reguladores americanos, porque como já é sabido, nós não fizemos a *revamp*.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – E houve uma grande mudança no perfil de processamento dessa refinaria?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não. O que nós fizemos foi mais uma melhoria operacional da refinaria, mas necessariamente... O mercado americano é específico. Na época do verão se produz mais gasolina, porque é quando o americano sai de férias e precisa ter gasolina no mercado. Na época do inverno se produz mais diesel, para que seja utilizado na calefação. Então, o mercado dita como a refinaria processa. Então, no verão a gente produzia mais gasolina e no inverno mais diesel para o aquecimento do mercado.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Na sua avaliação, qual a importância de se ter a comercializadora, ou a *trading company*, no complexo de Houston da Petrobras? Isso era importante? Não era?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Fundamental, Deputado. Fundamental porque é ela que faz a compra do óleo no mercado americano, que é um mercado muito competitivo, e se você não tiver uma equipe bem postada lá, você vai comprar mal. E também a venda, que é pior ainda. É muito mais competitiva a venda. São milhares de fornecedores e você também tem que ter um grupo que nós chamamos de *trading*, de comercialização, bastante eficaz para que se tenha resultado.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – E quais eram os principais clientes?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Ah, o principal cliente... Essa refinaria tem um fator principal, porque é conectada a um dos maiores dutos de derivados, que se chama Colonial, que liga o Texas à zona leste dos Estados Unidos, principalmente Nova York. Então, os grandes clientes... Nós colocávamos a gasolina lá e era entregue na área metropolitana de Nova York, para utilização no interior.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Ainda sobre Pasadena, V. S<sup>a</sup> já falou aqui sobre os resultados que teve ainda na Presidência da Petrobras América. Mas uma outra pergunta aqui: qual era o valor do seguro de Pasadena durante a sua gestão?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Nós tínhamos um seguro. A Petrobras faz um seguro guarda-chuva onde entram todas as unidades de forma que ela viabilize um prêmio menor, o qual era ligado a esse seguro *master* que é o seguro da Petrobras. E periodicamente nós recebíamos auditoria da seguradora, porque a seguradora quer saber das coisas.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Qual era o valor? Tem um valor disso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não. Não me lembro. Não me lembro aqui direito.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Além do que a Petrobras pagou para adquirir Pasadena foram feitos investimentos na refinaria após a aquisição dos primeiros 50%. É verdade isso? Com que finalidade?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Eu cheguei na Petrobras América em outubro de 2008. Então, a refinaria já... Nós assumimos de verdade a refinaria em 1º de dezembro de 2008. E... V. Ex<sup>a</sup> poderia repetir a pergunta, por favor?

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – É se foram feitos investimentos na refinaria após a aquisição dos primeiros 50%? Se foram feitos investimentos na refinaria? E qual a finalidade desses investimentos?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Exatamente, quando eu cheguei, em 2008, nós já detínhamos 100% da refinaria. Então, eu...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Então, essa informação...

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – É uma informação passada e eu não gostaria de...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – V.S<sup>a</sup> não tem esta informação?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Não.

Bom, ainda sobre esta negociação. V. Ex<sup>a</sup> participou de alguma negociação comercial entre a Petrobras e a Astra Oil?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Nenhuma?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Nenhuma.

Mais uma vez, eu cheguei aos Estados Unidos em outubro de 2008, quando assumi a Petrobras América. Em novembro de 2008 já estava em processo de arbitragem, que tinha sido em junho de 2008. Em novembro de 2008 saiu a decisão arbitral provisória informando que o Put Option da Astra era correto, estava verdadeiro, e nós assumimos efetivamente a refinaria em 1º de dezembro de 2008. Então, eu não tive nenhuma reunião, ao contrário, nenhuma negociação com ninguém da Astra durante todos esses quatro anos que passei lá.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – V. S<sup>a</sup> não teve nenhuma participação no litígio entre a Petrobras e a Astra Oil?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, não tive. Minha participação durante...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – E qual foi, exatamente, a função de V. S<sup>a</sup> no processo de aquisição da Refinaria de Pasadena?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Nenhuma. Nenhuma, porque quando cheguei... A aquisição da refinaria foi em 2006, 2007. Mais uma vez, eu cheguei na Petrobras América em 2008, quando, efetivamente, todo o... a refinaria já tinha sido comprada e o processo, na justiça e na arbitragem, já estava em andamento.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – E V. S<sup>a</sup> sabe por que a Petrobras decidiu substituir...

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Sim, para ter... Claro.

Participou de negociação ou não?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não participei.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Não participou.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Onyx, V. Ex<sup>a</sup> será logo em seguida.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Só fiz uma ponderação para tentar ajudar o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor, o senhor, logo depois.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – No meu momento oportuno, eu falarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor.

Sr. Relator, o senhor está com a palavra.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – V. S<sup>a</sup> sabe por que a Petrobras decidiu substituir o Presidente da Petrobras América durante a condução do processo judicial?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – A minha substituição?

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – A de quem o senhor substituiu.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Eu substituí o Guimarães.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Isto. Por que essa substituição?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não sei lhe informar. O que me foi dito quando recebi o convite é que, como minha experiência em FPSOs era bastante sólida e a Petrobras estava com esse projeto a ser implantado nos Estados Unidos, que poderia colocar em risco, inclusive, a imagem da empresa, então, fui designado, em função da minha experiência em exploração e produção com esse tipo de plataforma.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – E qual a situação do processo judicial quando V. S<sup>a</sup> assumiu a Presidência da Petrobras América?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Quando eu assumi, a arbitragem já estava decidida. A arbitragem foi em junho de 2008. Cheguei em outubro de 2008. Qual foi minha atuação...

(Soa a campainha.)

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Qual foi minha atuação durante o processo, nesses quatro anos? Eu acompanhei o processo de arbitragem.

O processo de arbitragem foi totalmente coordenado e sob a responsabilidade do setor jurídico da Petrobras, que recebia as instruções da Diretoria Internacional da Petrobras e levava à Diretoria Executiva. Todas as decisões estratégicas foram tomadas dentro dessa governança.

Minha função, na Petrobras América, em relação a esse processo de arbitragem era simplesmente acompanhar, ser informado e ter certeza de que as diretrizes que a Diretoria da Petrobras tinha definido no Brasil estavam sendo seguidas, principalmente pelo nosso escritório de advocacia contratado nos Estados Unidos. Essa era minha função. Mas, na verdade, 95% do meu tempo, em relação à refinaria, eu gastei em melhorar a refinaria em níveis operacionais e assumir a refinaria, porque era operada pela Astra.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – Quem provocou a arbitragem? Qual foi o principal motivo do litígio, na sua avaliação?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Mais uma vez, Senador, é uma decisão que foi tomada lá, eu não estava presente. Então, eu gostaria, realmente, de não me posicionar, se fosse possível.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – E quem defendeu a Petrobras na arbitragem?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Houve um contrato. Ao chegar, também já existia um contrato de um escritório de advocacia, lá do Texas, Thompson & Knight, contratado pelo nosso serviço jurídico aqui, do Brasil.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – V. S<sup>a</sup> sabe por que o laudo arbitral não encerrou o litígio entre a Petrobras e a Astra sobre Pasadena?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Aí eu já estava presente. O laudo arbitral foi de abril de 2009, a Petrobras... Houve uma instrução do Brasil, da Diretoria, para fazer o pagamento, propor um acordo com a Astra de forma que se encerrassem todas as pendências. A Astra não ficou de acordo e, por isso, veio a decisão da Diretoria Executiva de prosseguir no processo da justiça.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – Qual seria o valor pago pela Petrobras se tivéssemos cumprido o laudo arbitral de 2009?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – O laudo arbitral completo deu, mais ou menos, US\$690 milhões, a soma do valor da refinaria, mais o valor da empresa em comercialização, mais honorários, mais uma garantia de 156 milhões do Banco Paribas.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – V. S<sup>a</sup> sabe qual foi o valor do laudo arbitral atualizado para 2012?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Sim. Também estava lá acompanhando e, mais uma vez, a Diretoria da Petrobras definiu o grupo de novos negócios aqui no Brasil que fez a negociação de todo o acordo final extrajudicial em 2012. Também não tive nenhuma participação com ninguém da Astra. Todas as negociações com a Astra foi desse grupo do Brasil de novos negócios, até porque eu estava responsável pela unidade operacional, as plataformas, a refinaria, o operacional e não teria tempo de acompanhar.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – Qual foi o valor?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – O valor teve uma correção e esses 690 viraram 722 milhões – 720 a 722.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – E qual foi o valor pago?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – O valor pago também divulgado é de 820 milhões.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – Isso em agosto de 2012?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não. Em julho de 2012. O acordo final em 2012.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – O.k.

Quanto a Petrobras pagou para encerrar todas as disputas judiciais com a Astra? V. S<sup>a</sup> sabe?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Esse valor...

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – Esse valor de 820 milhões?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Com esse valor a Astra assinou o documento em que ela abria mão de todas as ações na justiça americana – eram várias, mais de seis ações.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – Qual foi o posicionamento da justiça americana em relação à carta de intenção?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – A Astra entrou na justiça para exercer essa opção da carta de intenção e, pelo que me lembro, ela não foi ainda até o julgamento final. Mas, no último julgamento, a justiça americana tinha informado que ela não era vinculante.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – Certo.

O laudo arbitral determinou o pagamento das garantias bancárias referentes ao PNP Paribas no valor de US\$156 milhões?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Isso.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – Também tinha isso? Esse valor foi pago?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Isso fazia parte dos 690 e dos 820. Para o senhor ter uma ideia, a Astra tinha três ações cobrando o mesmo valor na justiça americana.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Uma última pergunta sobre esse tema especificamente e vou repetir aqui a V. S<sup>a</sup>. V. S<sup>a</sup> teve alguma participação no encerramento das disputas arbitrais e judiciais entre a Petrobras e a Astra?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não. Nenhuma participação. Mais uma vez, toda a decisão estratégica veio da Diretoria Executiva da Petrobras. Isso é uma coisa que eu estou repetindo, repetindo, para deixar claro: a minha função na Petrobras América era...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Estou lhe fazendo essa pergunta aqui, repetindo várias vezes porque depois nós vamos, é óbvio, questionar isso e comparar isso com documentos, com informações oriundas da Petrobras e tal, portanto queremos ter a informação aqui de V. S<sup>a</sup> com precisão sobre qual foi a sua participação.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Perfeito.

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Então, a minha função, durante esse processo, era ser informado – fui informado de tudo, com certeza – e ter certeza, atuar para que as decisões estratégicas da Diretoria da Petrobras fossem efetivamente executadas.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Na sua avaliação, na sua percepção, o motivo do desentendimento entre a Petrobras e Astra...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Presidente, o diálogo aqui no plenário entre Parlamentares está dificultando o acompanhamento...

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – V. Ex<sup>a</sup> está dialogando...

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – O motivo...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – O Deputado Lúcio botou a carapuça.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Botei. Botei.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Eu não disse que foi V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Mas eu estou dizendo que você estava dialogando.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Briga de baiano.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Eu não disse que eu não estava, eu disse que havia diálogo no plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – E é reclamação de V. Ex<sup>a</sup> também porque se toda hora o senhor puxar conversa, eu tenho que...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – O motivo do desentendimento, na sua percepção, entre Petrobras e Astra foi o fato de a Petrobras defender a ampliação para 200 mil barris por dia em Pasadena?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Senador, mais uma vez, eu não participei de nenhuma negociação da compra, quais foram as estratégias definidas. Então, efetivamente eu não tenho conhecimento a ponto de publicamente me posicionar.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Muito bem.

Durante a sua gestão, a Petrobras iniciou o processo de venda de Pasadena. Foram recebidas propostas? Esse processo foi interrompido? Qual a participação da Petrobras América nesse processo?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Perfeito!

Esse é mais um projeto, Senador, que segue as diretrizes da Diretoria Executiva.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Está me chamando de Senador aqui? Vai que pega essa coisa! Eu...

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Desculpe.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Mas não é a minha intenção, por enquanto.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Desculpe, Deputado. Então, a definição do desinvestimento foi uma decisão do Plano Estratégico da Petrobras, coordenado pela Diretoria Executiva. Em todas as unidades operacionais, o processo foi de forma semelhante. Então, foi um grupo para os Estados Unidos. Nós demos todo o apoio. Toda vez que você faz um desinvestimento, você prepara os *data rooms*, que são salas onde vêm as empresas que estão interessadas, e você faz as apresentações, dá acesso aos documentos que são possíveis de ter acesso. Então, disso a Petrobras América participou e muito, e muito! Mas as negociações, as decisões, os preços... Os preços inclusive a gente evitava de saber os preços exatamente para não sermos influenciados dentro do processo de explanação para os prováveis clientes, os prováveis compradores.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – V. S<sup>a</sup> foi citado no Acórdão 1.927, de 2014, do Tribunal de Contas da União?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Esse último acórdão?

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – É.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, não fui citado.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Certeza?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Certeza. Bom, eu não li o acórdão, mas vi o resumo do acórdão na imprensa. Não está meu nome.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – É possível V. S<sup>a</sup> detalhar o valor total gasto pela Astra no complexo de Pasadena antes da entrada da Petrobras na sociedade?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, não é possível, para mim, detalhar. Não tenho essa informação.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Não tem essa informação?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não tenho, Deputado.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – A avaliação feita pela Muse, de 186 milhões, foi feita antes ou depois de a Astra gastar esse valor? V. S<sup>a</sup> tem essa informação?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Também não tenho essa informação. Isso aí também foi antes da minha chegada.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Muito bem!

Era isso, Presidente. Os questionamentos do Relator eram esses.

Muito obrigado a S.<sup>a</sup>, o Sr. José Orlando Melo de Azevedo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós que agradecemos, nobre Relator, Deputado Marcos Maia.

Eu gostaria de passar a palavra agora para o autor do requerimento, o nobre Deputado Onyx Lorenzoni, perguntando se V. Ex<sup>a</sup> faz dez minutos intercalados ou cinco minutos diretos.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Os dez minutos seriam com a pergunta e a réplica, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – E a réplica.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Está bem. Eu vou usar os cinco minutos iniciais ou quatro minutos iniciais para fazer as perguntas. Depois, o Dr. José Orlando responde dentro do tempo que sobrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem, então.

A palavra está com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Bom, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é quanto a Petrobras gastou em todo esse processo desse contencioso com a Astra Oil em honorários advocatícios? Ou seja, dos US\$820 milhões pagos, quanto eram de honorários e se houve outras contratações. Por quê? Por exemplo, a Petrobras contratou esse escritório que o senhor citou aqui, Thompson & Knight, e curiosamente o seu antecessor trabalhava numa subsidiária desse escritório de advocacia.

Esse escritório foi contratado por US\$2 milhões apenas para discutir a tese que o Sr. Cerveró esgrimia, na época, com a Astra Oil. Esse é o primeiro ponto. Por isso, é muito importante saber quanto foram gastos de honorários.

A outra pergunta que queria lhe fazer é a seguinte: quando a Sra Graça Foster assume a Petrobras, a explicação pública é que ela vinha para provocar um saneamento na companhia, porque a companhia apresentava desempenho muito aquém daquilo que era desejável, e tinha reflexos, inclusive, na valoração das suas próprias ações, e perdia no ranking internacional posições a cada semestre. A pergunta é: logo que a Sra Graça Foster, que reconhece que a aquisição foi um problema para a Petrobras, o senhor é substituído. Há uma tese de que o senhor cai para o lado, como ocorre com muita frequência na Petrobras, no Banco do Brasil e em outras estatais, o senhor sai, então, da presidência e vai para um cargo de menor estatura, em uma subsidiária de gás. Quando estoura o escândalo, há uma demissão. Algum tempo depois, o senhor se aposenta, porque o senhor aproveita o plano e se aposenta. Se o seu desempenho era tão bom tecnicamente, o que deu errado para que o senhor não continuasse? Porque o senhor apresentou um portfólio aqui que pega a Refinaria de Pasadena, por exemplo, além das outras coisas a que o senhor se dedicou tecnicamente – e não tenho nenhuma razão para duvidar do senhor –, com 63 mil barris e entrega com 93 mil de média, o que é excelente. Só para lembrar, a briga com a Astra Oil é porque tinha um protocolo assinado de que ela iria até 150 mil barris e a Petrobras queria ir a 200 mil barris. Esse foi o motivo da briga, o tal do *revamp*, que até hoje não foi feito.

Mas se o seu desempenho foi tão bom, por que o senhor cai? Por que o senhor é substituído se, pelo depoimento que o senhor deu aqui, o senhor era o contrário, um exemplo de eficácia? Não tenho por que duvidar de suas palavras. Há uma razão política?

Como o senhor chega indicado lá? O senhor chega indicado pela diretoria executiva... Tudo o que o senhor nos disse aqui é que todas as suas ações comandadas pela diretoria executiva. A diretoria executiva é seu primo. E o senhor é indicado para a Petrobras América e executa aquilo que Cerveró e Gabrielli mandam fazer.

O que é muito curioso é que houve depoimentos de que a Astra Oil não queria manter o litígio, por quê? Porque queria continuar negociando com a Petrobras. Era interessante para ela manter a relação comercial. No momento em que ela toma um dinheiro indevido como esse, ela quebra uma relação comercial para o futuro, e os caras são inteligentes. Eles não são burros. Por que a Petrobras insistiu no litígio? Qual a razão dessa insistência? O seu próprio antecessor escreveu, inclusive, que se opunha à forma como foi feito o negócio. Isso está registrado em mais de um documento.

Uma questão final é a seguinte: a Petrobras, logo depois do acórdão do TCU, lançou uma nota oficial onde diz que vai defender os seus ex-gestores. Isso é uma coisa muito curiosa, porque, no mensalão, o dinheiro saía para as empresas de publicidade e elas operavam e repartiam. A entrada do Sr. Paulo Roberto Costa, não me lembro, na época do mensalão na Petrobras... Então, isso... Uma coisa está ligada à outra. Isso a investigação vai provar. Seria razoável especular que a insistência no contencioso com contratação de escritórios fora do Brasil não seria uma maneira fácil de se extrair dinheiro fácil?

Se o senhor recebia ordens da diretoria executiva, como o senhor diz que o senhor cumpriu, quem dava ordem? Era o Cerveró, era o Gabrielli, era o Zelada? Quem determinava administrativamente firmar os contratos que provavelmente o senhor devia ter firmado?

E uma coisa que eu estranho muito nessa nota da Petrobras é que a Petrobras vai defender quem lhe deu um prejuízo gigantesco. Qual empresa do mundo defende gestor que causa prejuízo, e que está condenado, e que foi demitido? Que conversa é essa? Agora, a Petrobras usa o seu recurso para proteger quem lhe dá prejuízo? Ela defender um servidor que causou prejuízo a terceiro na defesa da Petrobras é óbvio que é absolutamente razoável. Agora, a Petrobras vai defender?

Por fim, eu queria lhe fazer uma pergunta: é verdadeiro que os presidentes, quando têm cargo, quando são funcionários de carreira, depois que deixam a Petrobras, eles recebem, eles continuam recebendo salário de presidente da Petrobras?

E a minha pergunta para o senhor é a seguinte: o seu primo era funcionário de carreira ou era CCM?

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor está com a palavra, Sr. José Orlando Melo.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Dentro do possível, tentei anotar aqui. Vamos uma por uma.

A primeira, Sr. Deputado Rubens Bueno, é relativa aos honorários...

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Meu nome é Onyx Lorenzoni. Deputado Rubens Bueno é este brilhante Parlamentar aqui do meu lado.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Ao seu lado. Desculpe-me.

Então, Deputado, conforme já falei, o processo arbitral de Pasadena foi iniciado em junho de 2008, quando a decisão, a Diretoria Executiva decide. E para você entrar na justiça americana, no processo arbitral, você precisa, a empresa precisa ter um representante num escritório de advocacia. Foi contratado então, durante essa época, o Thompson & Knight. Quando eu cheguei, então, já existia o contrato. E eu me lembro de que esse contrato era em torno de 3,5 milhões ou alguma coisa assim, eu não tenho muita certeza, mas em torno disso. Esse foi o contrato. De 3 milhões a 4 milhões foi o contrato que foi utilizado durante todo o processo.

Saída da PAI.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Quanto foram pagos de honorários advocatícios ao final do processo todo?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Nos 690 milhões definidos pelos árbitros na arbitragem estão embutidos US\$3 milhões referentes aos advogados da Astra, porque como o gasto, quando é considerado que você perde a ação, você paga os advogados da Astra. Então, esse contrato não está embutido nessa despesa.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Ao longo desse período só pagou esse escritório? Não contratou mais ninguém?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Assim, de contrato, de contrato desse porte, não me lembro de outros, Deputado, realmente não me lembro de outro.

A saída da PAI. Eu saí da PAI ao fim de 2012. Em fevereiro de 2012, aquele projeto de que eu tanto falei aqui, lá no Mar do Norte, entrou em produção, entrou em operação, em fevereiro de 2012, e foi uma repercussão fantástica, lembro, lá no Golfo do México, como está sendo até hoje. Então, eu entendo que a minha saída, ao fim do ano, ela encerrou um ciclo gerencial normal na Petrobras. É uma média, mais ou menos, de um gerente-geral ou de um presidente de uma empresa no exterior, uma média de quatro anos, mais ou menos. Não existe uma regra absoluta, mas é mais ou menos o que acontece, até para que você tenha todo o processo de troca de experiência por novas pessoas, novas equipes. Então, eu encarei e recebi a informação com muita..., como o encerramento de um ciclo profissional, até porque, olhando para trás, eu pude ver que realizei muito, foram muitas realizações, mas não significa que você vai ficar para sempre no local.

A saída da TAG. Eu me aposentei da Petrobras. Então a Petrobras lançou, em fevereiro de 2014, esse PIDV, o plano de incentivo à aposentadoria. Então, quando ela lançou, em fevereiro, eu comecei a estudar essa opção fortemente.

Mais à frente, quando a companhia me informou que estava fazendo uma movimentação gerencial dos gerentes gerais, na qual eu estava incluído, eu optei por me aposentar. Então, foi uma decisão minha. Depois de 36 anos e meio de muitos trabalhos na Petrobras, quase quatro décadas, eu fiz a opção por me aposentar, realmente.

"Por que insistiu no litígio?" Mais uma vez, Deputado, vieram as instruções da diretoria executiva para continuar no litígio, em decorrência de a Astra ter se negado a assinar o acordo que encerrava todas as pendências.

"Ordens da Diretoria". A governança da Petrobras, Deputado, é baseada em limites de competência. O que são limites de competência? Há valores que, a depender do seu nível hierárquico, do seu nível gerencial, permite você assinar contratos e assinar compromissos. Então, pelo limite de competência... Acho que hoje um diretor da Petrobras só tem, no máximo, se não me engano, R\$30 milhões. Então, basicamente, quase todos os contratos vão à diretoria executiva. Por quê? Porque na Petrobras, com investimentos fantásticos de bilhões de dólares, a maioria dos contratos são acima desse valor. Então, é uma carga exaustiva para a diretoria executiva, mas qualquer contrato acima de R\$32 milhões vai à diretoria executiva.

Então, eu tinha o meu limite na Petrobras América, e exercei, e fui responsável – sou responsável – pelas minhas aprovações até esse limite.

"Salário de Presidente da Petrobras". Não tenho essa informação, Deputado. Não sabia. Realmente, não sei.

O senhor falou do Presidente da Petrobras Holding?

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – A informação que eu recebi é de que ex-presidentes, quando são funcionários de carreira, mantêm o salário durante o período do exercício da presidência.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Mas ex-presidente da Petrobras?

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – É.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não. Nunca soube disso. Não é o meu caso?

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Não. Não é o seu caso.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Ah! Sim.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Não, não, não.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, não.

Então, não sei. Não sei.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Está bom.

O.k. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós o agradecemos. E agradecemos também ao José Orlando Melo de Azevedo.

Agora, passo a palavra ao também autor do Requerimento nº 236, nobre Deputado Rubens Bueno. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra. V. Ex<sup>a</sup> gostaria de usar que critério, os cinco minutos ou os dez minutos intercalados?

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Eu gostaria de saber se nós podemos fazer um pingue-pongue aqui, rapidamente, para sim ou não, objetivamente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Também.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – ...fazendo aqui um preâmbulo da situação?

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem assim?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, dez minutos direto.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Bom, primeiramente, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados, convidado Dr. José Orlando Melo de Azevedo, tão logo saímos daqui, no mesmo dia o Tribunal de Contas da União julgava exatamente essa compra de Pasadena e a situação da Petrobras. Isso ainda sem entrar na Abreu e Lima. A Petrobras é um rosário de escândalos do Governo do PT. E nos últimos quatro anos, conseguiu tirar a Petrobras de 12º lugar como empresa no mundo para 120<sup>a</sup> empresa no mundo. Veja que espetáculo de gestão! É um espetáculo! Gestão espetacular essa do PT que aparelhou a Petrobras, a empresa símbolo do povo brasileiro. E que orgulho nosso é ter lá mais de 80 mil profissionais qualificados, preparados, e que neste momento passam vergonha pela direção aparelhada do PT junto à Petrobras.

Aí vem o Líder e vai para a imprensa dizer que é uma ducha de água fria na oposição o julgamento do Tribunal de Contas da União. Olha só! Ducha de água fria, quando o Tribunal de Contas da União condenou doze diretores da Petrobras, um deles preso! Olha o espetáculo da gestão, o espetáculo da mídia e o espetáculo da forma de levar a versão à população! Ducha de água fria?!

O Tribunal de Contas da União condenou os diretores da Petrobras do Governo do PT a devolverem 792 milhões. O Tribunal de Contas da União ainda colocou a indisponibilidade de bens de todos os diretores, para responderem por isso que foram condenados.

E o Tribunal de Contas da União condenou com base na Lei nº 8.443, de 1992. E foi verificado que se perderam, desviaram-se, e se praticaram irregularidades que resultaram em dano ao dinheiro público, dano ao dinheiro do povo brasileiro.

Mais ainda: ato de gestão inquinado, ou seja, gestão manchada, poluída, corrompida. Esta é a decisão do Tribunal de Contas da União.

Mais ainda: desfalque, desvio de bens e outras irregularidades que tenham provocado dano ao Erário.

E aí foi uma ducha à oposição, olhem só. Espetáculo, é um espetáculo, o PT tem uma capacidade midiática, "marquetológica" impressionante.

Mas vou fazer uma pergunta ao senhor, e gostaria que fôssemos objetivos na resposta. Só para fazer esse comentário inicial.

De quem foi a ordem de recorrer da decisão do arbitral lá em 2009?

O senhor disse que não foi a Petrobras que recorreu. Aqui está, no relatório da Petrobras, que foi a Petrobras que recorreu.

Quem deu a ordem?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, a ordem de recorrer veio da Petrobras, da Diretoria Executiva.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Quem? Quem? Diretoria Executiva, quem?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – A Diretoria Executiva decide corporativamente, o colegiado. Eu recebi a instrução do Diretor da Área Internacional.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Quem era o diretor?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Era o Jorge Zelada.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Sr. Zelada.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Isso.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Muito bem.

A Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, na época, era a Sra Dilma Rousseff, não é isso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Isso. Não, não. Em 2009...

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Em 2009, é.

Ela foi consultada? Ela concordou, avalizou?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não tenho essa informação.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – O senhor não tem essa informação.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não tenho. A Diretoria sim, porque eu recebo... Ao fim de qualquer decisão da Diretoria, de toda decisão de deliberação da Diretoria, se afeta uma unidade operacional como a Petrobras América, aquilo que é definido eu recebo, como documento sigiloso.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Pois bem. Ainda havia possibilidade de uma decisão da Corte de Houston. Havia a possibilidade. Mesmo havendo a possibilidade desse acordo, a Petrobras recorreu. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Não tem.

Para convencer a Petrobras a encerrar o caso, os executivos da Astra recorreram ao então Senador Ted Kennedy, pedindo a ele que enviasse uma carta à Petrobras, apoiando para que essa boa relação não sofresse nenhum tipo de alteração. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Não tem conhecimento.

No contrato firmado pela Petrobras em 2010 com a construtora Norberto Odebrecht no valor de US\$860 milhões, para prestação de serviços nas áreas de segurança, meio ambiente e saúde em dez países, incluindo aí Pasadena, qual o valor inicialmente destinado a sua área lá, nos Estados Unidos?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Foram 175 milhões.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Como esse contrato pode ter sido cumprido em apenas 2013, quando foi aprovado pela Diretoria, e assim mesmo tendo reduzido seu valor para 480 milhões?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, Deputado. Esse contrato foi aprovado em 2011. Foram 30 meses de contrato. Abril de 2011.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Por que havia... O senhor não me respondeu por que o contrato inicial, em 2010, era de US\$860 milhões.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, estou falando do contrato da parte da Petrobras América.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – No caso da América?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Da Petrobras América, exatamente.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Pois não.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Foi de 175 milhões, aprovado em abril de 2011, com prazo de 30 meses. Quando eu saí da Petrobras América, ele ainda estava em andamento, e eu tive informações de que já houve a conclusão de todos os serviços.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Por que a nova direção da Petrobras renegociou esse contrato de oitocentos e...

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não tenho essa informação.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Não tem essa informação.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não tenho porque o nosso, o de 175, nós tínhamos que utilizar porque tínhamos que executar os serviços. Caso não executássemos os serviços, a refinaria poderia ser parada pelos órgãos regulatórios americanos. Então, efetivamente, nós precisávamos executar os serviços.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – O senhor foi procurado por algum integrante do Ministério da Justiça para falar sobre esse caso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Não foi procurado?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não fui procurado.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – O Ministério da Justiça tem alguma relação com a compra da refinaria? Em algum momento participou o Ministro?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Também nunca... não tenho essa informação. Nunca...

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Então, por que o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, foi pessoalmente conversar com os Ministros do TCU para pedir adiamento do julgamento?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não sei informar.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Não sabe informar.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não sei.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Mas o senhor também... Também o senhor sabe, e aqui o Deputado Onyx Lorenzoni perguntou e os demais poderão perguntar, sobre a questão do escritório de advocacia. Aqui sabemos, o senhor já falou sobre o Thompson & Knight para defesa da Petrobras, aí eu pergunto: quem sugeriu esse escritório?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Mais uma vez, Deputado, ele foi contratado em torno de junho de 2008. Eu não estava lá na Petrobras América.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – O senhor não foi para lá em 2008?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Eu outubro de 2008. Assumi em 1º de outubro de 2008.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Não lhe chamou a atenção esse contrato para mandar investigar, saber?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Quando eu cheguei, o contrato já existia...

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Nós temos um ditado lá no Paraná que, quando se encontra uma situação com essa gravidade, se não fizer alguma coisa é como “sentar em cima de um formigueiro.” E parece que foi o que aconteceu, dado o prejuízo que nós estamos vendo aqui, o povo brasileiro, segundo o Tribunal de Contas da União.

O senhor poderia citar algum nome de advogado que trabalha nessa causa ou que trabalhou nessa causa?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Do Thompson & Knight?

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Sim.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Andrew, por exemplo.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Andrew é um deles.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Americano.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – O senhor tinha contato permanente?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Sim. Periodicamente, conforme falei, eu era informado e ele participava de algumas reuniões dessas de informação.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Na época quem era o jurídico da Petrobras?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Era o Borromeu. O Carlos Barromeu.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – É um dos condenados aqui pelo Tribunal de Contas da União. Então, o senhor veja a que ponto nós chegamos de ver uma situação se agravar como essa de uma refinaria em que se pagou US\$42,5 milhões em 2005 e, em 2006, se vendeu a metade por US\$360 milhões para a Petrobras!

Aí dizem: "Ah, mas os investimentos...." Aquilo que disse o Ministro: se vendeu uma casa velha e o preço da casa velha com as reformas que viriam depois para o comprador. Lamentável! É triste esse episódio! Saber que estamos vivendo aqui um espetáculo da gestão em que nós...

Ah, o sobrenome do advogado Andrew?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Estou tentando me lembrar, mas não me lembrei.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Não se lembra? Mas era um nome único Andrew? Ou tinha outro Andrew?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Andrew e o segundo nome, mas eu não me lembro.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Sim, mas havia outro Andrew com o mesmo nome? Homônimo?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Inclusive ele era chamado de Andy.

(Soa a campainha.)

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Me diga uma coisa... Sim, aí evidentemente o senhor sabia que tinha nesse escritório ex-funcionários da Petrobras?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, nessa nossa causa, não tinha nenhum ex-funcionário.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Ex-funcionário da Petrobras nesse escritório?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Não havia nenhum outro escritório aqui do Brasil trabalhando nessa causa?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Aí, não...

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Ou era só esse escritório nos Estados Unidos?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – O que nós tínhamos contato era só com esse escritório da Thompson nos Estados Unidos.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Não havia outro escritório...

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Eu não posso dizer que não havia. Não tenho conhecimento.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Isso é que está... Tem que trazer o Borromeu. Está difícil descobrir esse escritório e saber quanto custou.

Aí deve ter outro angu, o famoso angu.

Quero agradecer ao senhor e volto num segundo momento com as perguntas na minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem.

Como autor do requerimento, já foram feitas as perguntas... Deputado Izalci, V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Requerimento 423 é de minha autoria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não, aqui estava como Deputado Carlos Sampaio, mas V. Ex<sup>a</sup> pode fazer... Por favor.

Deputado Izalci Lucas, cinco minutos ou dez minutos como pingue-pongue?

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Vamos fazer um pingue-pongue e vou...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Presidente Gim, após o Deputado Izalci, como Líder do PT, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu lhe informo, Deputado Afonso, que, logo em seguida do Deputado Izalci, o senhor pode usar a palavra pela ordem de inscrição, porque o senhor será o próximo inscrito, tendo em vista que os Parlamentares que fizeram o requerimento já usaram da palavra: os dois primeiros inscritos, o Deputado Rubens Bueno e Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Sim, mas nós temos o direito de voltar...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor vai voltar depois?

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Eu também, inclusive pela liderança também.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor também. O senhor é o quinto inscrito. Mas, por favor, o senhor está com a palavra por dez minutos, Deputado Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. S<sup>a</sup> é filiado a partido político? Se sim, qual é o partido e desde quando?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não sou filiado a nenhum partido político.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. S<sup>a</sup> era apenas gerente de um setor da Petrobras quando foi nomeado para o cargo de presidente da subsidiária americana da Petrobras, a Petrobras América. Diante disso, duas são as conclusões possíveis: ou o senhor foi nomeado pelo fato de ser primo do Presidente da Petrobras, o Gabrielli, ou o senhor era a pessoa qualificada para ocupar essa presidência pelo fato de ser um profundo conhecedor do mercado pela diretoria dos Estados Unidos.

Partindo da premissa de que o senhor relatou aqui a qualificação, o senhor é uma pessoa que acompanhava o mercado petroleiro nos Estados Unidos. Posso concluir que o senhor, por óbvio, teve conhecimento de que a Kroll estava vendendo a sua refinaria em Pasadena, em 2005, para a Astra pelo valor de 42,5 milhões. V. S<sup>a</sup> já tinha conhecimento dessa venda?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, vim saber depois.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Ciente dessa negociação e levando-se em conta que o ex-Presidente Gabrielli sempre defendeu a citada compra, indago a V. S<sup>a</sup> por qual razão o senhor, sabendo da referida venda, não orientou a Petrobras a adquiri-la diretamente? V. S<sup>a</sup> não tinha conhecimento antes, só foi depois.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Exatamente. Nessa época, Deputado, eu estava no Espírito Santo, como gerente de empreendimento de todas as obras do Espírito Santo.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. S<sup>a</sup> conheceu o ex-funcionário Alberto Feilhaber?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Que foi gerente da Petrobras e inclusive vice-presidente da Astra?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, não conheci.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Mas V. S<sup>a</sup> sabia que esse ex-funcionário era vice-presidente da Astra?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, eu soube pelos jornais.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – O senhor conhecia o Sr. Silvio Pereira, mais conhecido como Silvinho do PT, ex-funcionário da Petrobras e integrante do governo Lula?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, nunca... Não conheço. Conheço pelos jornais.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Veja a coincidência! O Silvinho do PT, envolvido no episódio do mensalão, recebe da empresa GDK um carro Land Rover por sua negociação escusa. Descoberto pela polícia e pela justiça é obrigado a devolver esse carro pago pela GDK, que presta serviços à Petrobras.

Veja novamente a coincidência! No mesmo ano em que ele recebe o veículo da GDK, em 2005, o Tribunal de Contas da União considera ilegal uma negociação feita pelo senhor na Petrobras com essa mesma GDK, em contrato com a P-34. O senhor não acha que essas relações com a GDK, com o Silvinho do PT e com o senhor, como funcionário da Petrobras, são no mínimo moralmente questionáveis?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, Deputado. Na época do Espírito Santo, eu comandava 12 projetos, como eu falei na minha apresentação. A GDK era uma das contratantes que fazia a plataforma P-34 desses 12. Então, ela era mais uma das contratantes. Todos os contratos tiveram auditoria do TCU, o que é normal. Vários, já tive vários processos do TCU, expliquei quase todos, e já tive acórdão de liberação da maioria deles. Falta esse que nós já respondemos recentemente e estamos aguardando o acórdão de liberação. Foi um processo de informações entre como foi tocada a obra e o TCU.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Ainda não foi resolvida essa questão da GDK?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. S<sup>a</sup> sucedeu no cargo de presidente da Petrobras o engenheiro Alberto Guimarães, que considerou muito elevado o valor ofertado por Nestor Cerveró para a compra dos 50% remanescentes da refinaria de Pasadena. Ele alertou os executivos brasileiros a esse respeito, através de um e-mail encaminhado em setembro de 2007. Como se deu essa transição quando V. S<sup>a</sup> assumiu esse cargo? Como é que foi... V. S<sup>a</sup> recebeu? Conversou muito com o Guimarães? Como é que foi essa transição? Foi bem? Foi tranquila? V. S<sup>a</sup> tomou conhecimento de tudo ou não tomou conhecimento, só assumiu simplesmente?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, não.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. S<sup>a</sup>, durante a fala, fez toda a sua qualificação até 2009. E, depois de 2009, parece que não sabia de mais nada. Ou seja, não sabe o que aconteceu antes da posse de V. S<sup>a</sup>, em outubro de 2008. Como é que foi essa transição com Alberto Guimarães?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Isso. Conforme já registrei, assumi dia 1º de outubro. Nós tivemos um período de mais ou menos 15 dias, uma semana e mais outra. A primeira semana foi de passagem de serviço. Ele trouxe todos os seus gerentes, houve apresentação de todos os projetos, depois conversamos bastante, mas ele, por exemplo, não se posicionou nada, se tinha sido contrário em relação à refinaria.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Qual a relação que V. S<sup>a</sup> mantinha ou mantém com Jorge Zelada, ex-diretor de assuntos internacionais da Petrobras?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Uma relação internacional. Trabalhamos juntos muitos anos na engenharia.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Só isso?

V. S<sup>a</sup> presidiu a Petrobras no período que compreende de outubro de 2008 a novembro de 2012, período da disputa judicial que culminou com o pagamento, pela Petrobras, de mais de 800 milhões à Astra na aquisição de Pasadena. Qual o papel que V. S<sup>a</sup> desempenhou na condução do processo arbitral instaurado para solver a disputa entre Petrobras e Astra e posteriormente no processo judicial? Tomou alguma decisão V. S<sup>a</sup>?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, não tomei. Simplesmente atuava de forma a fazer cumprir as deliberações da diretoria executiva da Petrobras.

Só corrigindo, Deputado, fiquei de outubro de 2008 a dezembro de 2008. Na verdade, é até 6 de janeiro de 2013, oficialmente, e assumi a diretoria da TAG no dia 7 de janeiro de 2013.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Era isso que eu iria perguntar. O papel de V. Sr<sup>a</sup> nesse processo das... no processo arbitral e judicial. V. Sr<sup>a</sup> simplesmente cumpria as ordens que vinham aqui do...

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Exatamente.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Não entrava na discussão. V. Sr<sup>a</sup> só cumpria... É mais ou menos como um *office boy* ou... Não tinha interferência nenhuma. V. Sr<sup>a</sup> não teve nenhuma interferência nesse processo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Quero saber a posição dele. Ele era o diretor da América...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Não. Ele só cumpria... Vou perguntar a ele. Não vou botar *office boy*, não. Um representante para levar as coisas, quase que um despachante, talvez? Melhor que *office boy*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Aliás, objetivamente, V. Sr<sup>a</sup> participou do processo, tinha algum poder de decisão ou pelo menos de interferir no processo ou de dialogar com alguém sobre isso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não tinha.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Não tinha nenhuma?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Essa é a governança da Petrobras, Deputado. Essa é a governança. Para esse tipo de assunto, que envolvam processos na Justiça que podem colocar em risco a imagem da empresa, é decisão da diretoria, não é nem de diretor. Nem o Presidente poderia decidir fazer um acordo com a Astra. Tem que ser a diretoria. Essa é a governança.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. Sr<sup>a</sup>, pelo menos, leu a decisão do processo arbitral? V. Sr<sup>a</sup> tinha conhecimento do processo arbitral?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Eu li, há muito tempo atrás, Deputado. Li quando estive lá.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. Sr<sup>a</sup> sabe que o processo arbitral não tinha a mínima condição de a Petrobras questioná-lo na Justiça? V. Sr<sup>a</sup> sabe disso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – É possível questionar, tanto que a Petrobras questionou e a Astra também questionou, Deputado.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Não. A Astra não queria. A Astra queria fazer um acordo. A Petrobras é que quis entrar, sabendo que ia perder, tanto é que perdeu. Vou dizer a V. Sr<sup>a</sup>. Todos os argumentos usados no processo judicial contestando a questão do processo arbitral... Ele foi totalmente incoerente porque todas as alegações da Petrobras com relação ao processo arbitral tinham comprovação. A Petrobras tinha um representante nas negociações. Todas as operações da Astra... Porque a alegação da Petrobras é que a Astra estava comprando petróleo e ganhando em cima disso em cima da Petrobras. Mas todas as operações tinham o conhecimento e a adesão e a aceitação dos representantes da Petrobras. V. Sr<sup>a</sup>, então, não conhece o processo arbitral. V. Sr<sup>a</sup> sabia que a Petrobras tinha um representante e que todas as negociações tinham o conhecimento e a aceitação das operações com a Astra?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não. Isso eu não sabia.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Por isso, estou dizendo que, na prática, era um despachante: só levava o processo e puxava. Com todo respeito, esse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Com relação a essa... É uma pergunta, mas já sei a resposta. Vou perguntar, mas só para...

O representante lá... V. Sr<sup>a</sup> era representante lá e acompanhou o processo. Nessa decisão de comprar os outros 50%, V. Sr<sup>a</sup> sabia que o diretor internacional chegou a fazer uma carta oferecendo US\$750 milhões pela segunda parte para não ter essa discussão?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Soube quando cheguei lá, Deputado. Quando cheguei lá, durante a passagem de serviço, o Guimarães me falou dessa carta.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – O que mais o Guimarães falou para V. Sr<sup>a</sup>?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Falou da carta que estava no processo de arbitragem, que tinha entrado... Foi isso que ele...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – O Guimarães falou para V. Sr<sup>a</sup> que realmente era contra e que achava que foi um prejuízo muito grande para a Petrobras?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não. Conforme já registrei, ele não falou isso.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Não falou?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não falou.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Não comentou nada sobre isso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não comentou.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Não participei porque não era da Petrobras, mas, desde o primeiro momento em que recebemos aqui a documentação, para mim está muito claro: essa operação de Pasadena foi uma montagem já premeditada em que houve a participação do ex-funcionário da Petrobras, porque essa refinaria já estava à venda há muito tempo e, quando a Astra comprou essa refinaria, ela já sabia que ia vender para a Petrobras, tanto é que foi oferecida à Petrobras imediatamente e a Petrobras também já fez a negociação com essas cláusulas todas que acabou com um pagamento totalmente inadequado, tanto é que o Tribunal agora já acaba de mostrar o grande prejuízo, já que a Petrobras remunerou a Astra por um investimento que ela não fez, mas um investimento que a Petrobras iria fazer nos próximos anos e, com isso, foi para a Justiça. E mesmo na Justiça, na decisão arbitral, também já se sabia que, indo para o processo judicial, teria mais um prejuízo e que alguém foi beneficiado com isso. E aí está a Petrobras. O Tribunal de Contas deixa muito claro que só essa operação, somente Pasadena deu um prejuízo de mais de US\$800 milhões para a população, sem falar...

V. S<sup>a</sup> já tem conhecimento de alguma coisa de Abreu e Lima, ou não?

(Soa a campainha.)

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Izalci, na segunda rodada, V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Terminou?

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Já terminou faz três minutos. Deixo essa margem.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Posso falar depois em nome da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – V. Ex<sup>a</sup> pode sim. O senhor está inscrito também.

Eu gostaria agora de começar a ordem de inscrição. Terminamos os autores dos requerimentos. Vamos começar então a ordem de inscrição dos Srs. Parlamentares.

Primeiro inscrito, Deputado Rubens Bueno. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Presidente, pedi pelo Partido, pela Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Ah, é verdade. V. Ex<sup>a</sup> pediu pela Liderança. Por favor.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Disponho de...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Cinco minutos.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, quero registrar a posição do meu Partido, Partido dos Trabalhadores, saudar V. Ex<sup>a</sup>, na condução dos trabalhos, Senador Gim Argello; saudar o Relator, o eminente Deputado Marco Maia; os meus colegas aqui no plenário; o Sr. José Orlando de Azevedo; todos os servidores da Petrobras.

O senhor bem tem representado esses trabalhadores, essas trabalhadoras, tem honrado o povo brasileiro.

Peço desculpa pelo destempero, excesso. É do ambiente da política. Dá para ver que o senhor é um técnico, não está acostumado com esse ambiente.

Há uma conjuntura política truculenta. A oposição está em polvorosa. O candidato deles, ex-governador de Minas Gerais, está tendo de explicar por que construiu um aeroporto num terreno da família para ele pousar e passar fim de semana. A economia está estabilizada, o nível de emprego está bom, o poder aquisitivo do povo está crescendo, o Bolsa Família continua bem, as pesquisas indicam a possibilidade de vitória da Presidenta Dilma no primeiro turno. Então, eles ficam tentando criar factóide, tentando provocar o senhor.

Há essa indelicadeza de chamarem de *office-boy* e essas coisas são parte da conjuntura política.

A acuidade das suas respostas me parece bastante esclarecedora. Não há coincidência de tempo entre o seu exercício na diretoria, na Presidência da Petrobras América, e as decisões de compra. A sua indicação é uma indicação como a de todos os outros funcionários de carreira, a partir do diretor responsável pela área para todos os ex-presidentes da Petrobras em cada um dos países.

Então discutiu-se o valor do contrato do escritório de advocacia, que é 1%, e estão usando afirmações, Sr. Relator, imprecisas. Não há condenação do Tribunal de Contas. Há determinação do Tribunal de Contas de uma tomada de contas especial para que sejam investigados apontamentos, indícios de irregularidade. Não é verdade o que foi dito aqui, que há condenação de ex-dirigentes da Petrobras ou da Petrobras. Isso não é verdade. Está-se tentando criar um fato em que se está fazendo uma afirmação inverídica.

Portanto, Sr. José Orlando, eu gostaria de lhe perguntar – parabenizo o Deputado Marco Maio pela acuidade das perguntas que permitem o aprofundamento da investigação objeto desta CPMI – o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Senhor Líder, V. Ex<sup>a</sup> está falando na condição de Líder e não pode se dirigir nem perguntar...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Sim, senhor. É uma ênfase na minha fala. Se ele porventura quiser responder, pode. Tire a interrogação e ponha reticências na minha fala.

Sr. José Orlando, eu me pergunto qual seria o custo de uma operação de aquisição de outra refinaria, senão a de Pasadena, naquele mercado. Hoje Pasadena dá lucro? Hoje ela é uma refinaria lucrativa? É possível avaliar o patrimônio líquido, o valor líquido desse complexo na atualidade?

V. S<sup>a</sup> avalia, globalmente, que essa aquisição pode, no futuro, dar lucro? Por outro lado, eu gostaria também de refletir, além do fato de que não há condenação no TCU sobre o ambiente político em que essa decisão foi tomada. Um relator que era ministro, que era presidente do conselho, quando foi feito aquele encontro de contas, se é que podemos dizer assim, da Repsol com a Petrobras, com flagrante prejuízo de US\$2,5 bilhões.

Portanto, eu me pergunto e, se o senhor, porventura, quiser refletir sobre o tema, fique à vontade... (*Risos.*)

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – É proibido ele se pronunciar?

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA)** – Para refletir, ele vai refletir em casa!

(*Sua a campainha.*)

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – Os Parlamentares querem que... Sr. Presidente, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela absoluta tolerância que teve com o uso do tempo dos demais, que estão tentando coibir o meu direito a me pronunciar e o direito do Sr. José Orlando a se pronunciar para esclarecer o povo brasileiro, porque foram eles que vieram aqui dizer que tem condenação sem ter. Eles estão querendo criar fato onde se opõem à verdade e ao óbvio, aos documentos, ao parecer, ao acórdão do Tribunal de Contas. Então, comparativamente, um exercício, aquele, digamos assim, encontro de contas, aquela malfadada negociação com a Repsol dar o lucro que Pasadena dá, se ela porventura dá... É verdade que, quando o ex-Presidente Gabrielli virou Presidente da Petrobras, está na imprensa que era primo do Sr. José Orlando. É verdade que isso ocorreu no ambiente da Petrobras?

Obrigado.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Sr. Presidente, quero falar pela Liderança do PSDB.

Se V. Ex<sup>a</sup> me conceder o tempo, eu gostaria de falar pela Liderança do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF)** – Srs. Parlamentares, vou conceder ao senhor, tendo em vista que é um direito de Líderes de pedir por cinco minutos.

V. Ex<sup>a</sup> também tem cinco minutos, Deputado Izalci.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Sr. Presidente, primeiro, quero fazer um registro... Ah, não pode perguntar. Está certo. Queria fazer um registro assim: será que ainda tem dúvida, alguém deste País tem alguma dúvida das operações ocorridas na Petrobras? Paulo Roberto Costa, preso. Abreu e Lima, que os técnicos que entendem disso disseram que, quando a 10 bilhões, seria inviável; já está em 20 bilhões e não ficou pronta ainda. Será que nessa operação de Pasadena alguém ainda tem alguma dúvida de que houve um superfaturamento? O Tribunal de Contas condenou, sim; há 12 diretores condenados. O que nós temos que lamentar é que... Segundo informações, não, está na imprensa.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – Não é verdade. O acórdão...

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – A interferência... Posso continuar, Sr. Presidente? A interferência hoje do Ministro da Justiça ao Tribunal de Contas, para pedir para adiar o julgamento naquele momento... Eu não sei, mas a imprensa também divulgou, do ex-Presidente Lula também fez essa operação, no sentido de adiar essa questão. Agora, só porque o relator foi ministro é que teria que se dar como impedido? Ele tem total... Essa questão de impedimento é de foro íntimo. Afinal de contas, Dias Toffoli, por exemplo, foi advogado do PT durante muito tempo e julgou o mensalão e não se declarou impedido. Então, essa questão é de foro íntimo. Qualquer um, qualquer pessoa tem essa avaliação.

Agora, não precisa ser contador nem auditor para ver claramente, realmente, o que estão fazendo. O que fizeram não, o que estão fazendo com a Petrobras é realmente um crime para a Nação brasileira. Uma empresa realmente de orgulho nacional, de que todos realmente tinham orgulho e que hoje realmente está nesse estado que está aí. Em vez de frequentar as páginas de economia, a Petrobras só se encontra hoje nas páginas policiais. É uma coisa lamentável.

E quero dizer outra coisa, aproveitando aqui a questão colocada pelo meu antecessor, que disse há pouco sobre a questão do aeroporto de Minas Gerais. Aquela questão do aeroporto, ela foi numa terra desapropriada. Inclusive, a desapropriação foi...

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – O ex-Governador explicou e não conseguiu explicar.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Não foi deferida. Está na Justiça. Nem se pagou nada. Não tem um investimento público. Não se pagou absolutamente nada. Diferentemente do Governo, que paga antecipado.

Essa operação de Pasadena, realmente, o que eu tenho que registrar aqui, lamentar, assim, profundamente, até porque conheço bem a Lei 6.404, a Lei das S.A., que está muito clara. Basta ver o artigo da Lei que diz, sim, que o Conselho de Administração tem responsabilidade por essas decisões.

Então, a Presidenta Dilma, ou ela é conivente ou ela é incompetente. Porque, realmente, essa decisão da compra de Pasadena passou, sim, e foi uma decisão do Conselho de Administração.

Portanto, eu não poderia deixar de registrar aqui a minha não digo indignação, porque a pressão política hoje, infelizmente, nos órgãos de controle é muito grande, mas eu realmente fico, como auditor, indignado, realmente, com essas pressões do Executivo, achando que manda no Legislativo, que manda no Tribunal de Contas, e tentando interferir nas decisões. Está na lei. Não tinha nem que ter decisão. Era aplicar a lei. A lei é muito clara: os membros do Conselho de Administração respondem pelas decisões. Então, realmente, na Justiça, isso será recuperado. A Presidenta Dilma terá que responder, sim, por crime, com relação à decisão da compra de Pasadena.

E eu espero que ela seja condenada antes...

(Soa a campainha.)

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – ... pela população brasileira, agora, que terá a grande oportunidade de fazer a grande mudança deste País. Este País não aguenta mais a forma como este Governo administra o nosso País, onde se consolidou a corrupção, onde se consolidou o superfaturamento como se fosse coisa normal, as obras todas paralisadas, um cemitério de obras que existe em nosso País. É muita incompetência. A contabilidade criativa tomou conta do nosso País. As contas do Governo, que não foram ainda analisadas por esta Casa há mais de dez anos, eu diria que se hoje nós fôssemos julgar as contas do Governo, se fosse uma empresa privada, registrada na Bolsa de Valores, o dono estaria preso e o contador estaria sem registro, tamanha a inconsistência, a maquiagem da prestação de contas deste Governo.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Deputado Izalci.

Com a palavra o primeiro inscrito, o nobre Deputado Rubens Bueno.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Eu não sou o primeiro inscrito? Eu falei com Líder.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor falou como Líder, mas é porque eu vou seguir a ordem de inscrição, Deputado.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Ah, a ordem de inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A ordem de inscrição.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Rubens Bueno, eu gostaria de perguntar a V. Ex<sup>a</sup> se o senhor vai usar qual modelo: o de cinco minutos, e para isso dispõe de cinco, ou o de dez....

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Eu vou usar o de cinco, e ficam as perguntas, os outros cinco minutos, para o Dr. José Orlando responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Deputado.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Acabou de falar sobre o Tribunal de Contas da União. O voto de 15 folhas e 30 páginas, do dia 23 de julho, é um voto que foi aprovado por unanimidade no Tribunal de Contas da União, dizendo tudo o que eu falei. Esse voto condena. Esse voto condena, no item 9.9, com suporte no comando contido no art. 44 da Lei 8.443/92, com os arts. 73 e 74 do Regimento Interno do Tribunal, decreta a indisponibilidade, pelo período de um ano, dos bens de todos os agentes arrolados como responsáveis subitens...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Não é condenação, Presidente.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu peço que me assegure.

Que todos eles, se no prazo de 15 dias não apresentarem defesa e documentos comprovados dessa situação, recolher aos cofres da Petrobras US\$792 milhões. Esse é o voto de 15 folhas, 30 páginas, aprovado pelo Tribunal de Contas da União.

É um espetáculo! É um espetáculo! É impressionante!

Mas eu gostaria de perguntar ao Sr. José Orlando. O senhor falou que assumiu em outubro de 2008. O primeiro contrato assinado com a Odebrecht foi em 26 de outubro de 2010. Esse contrato foi aprovado e só chegou ao conhecimento com base na Lei de Acesso à Informação, porque sequer a Petrobras, aparelhada, dava essa informação para a sociedade brasileira. E é importante destacar que esse contrato só foi aprovado recentemente pela diretoria porque reduziu de US\$860 milhões para US\$480 milhões. Olha que diferença, gente! São US\$420 milhões de diferença. Parece que não é nada!

Então, pergunto se o senhor sabe que isso, aprovado, e esse contrato depois, nesse valor, aprovado nessa data, e o senhor já era diretor da área internacional da casa na América, o senhor era Presidente da Petrobras América, se o senhor sabia disso?

A segunda pergunta: se esse contrato, aprovado recentemente, passou por uma auditoria interna também recentemente, dada a pressão da sociedade brasileira? Apesar dos desmandos da Petrobras, que nós

queremos desde 2011 investigar, e a Base do Governo e o Governo do PT fazendo de tudo, com cargos, mandos e desmandos, toma lá, dá cá, para não deixar instalar esta CPMI da Petrobras. Se o senhor sabe que isso foi considerado um dos piores contratos que já se viu em 35 anos da Petrobras? Como disse o Chefe da Auditoria Interna da estatal, Sr. Gerson Luiz Gonçalves.

A outra pergunta. Na data da assinatura da Petrobras, o senhor me falou em um valor de 175 milhões para a Petrobras América, e há aqui a informação, que foi veiculada, de que seriam US\$500 milhões desse contrato de US\$860. Seriam exatamente para a sua área lá nos Estados Unidos.

A outra pergunta, finalmente, a quinta pergunta, é que o senhor falou da questão do escritório da Thompson & Knight, não é isso? O senhor conhece esse. E o tal de Tauil & Chequer, escritório no Brasil, que fazia exatamente esse contraponto aqui, no Brasil? Quanto custou isso? O senhor conhece alguém dessa outra empresa de advocacia? Porque aqui está outra... Nós não conseguimos chegar lá. O senhor poderia ajudar o povo brasileiro ao devolver esse dinheiro também das empresas que assessoraram, em termos jurídicos, esse negócio danoso ao erário da Petrobras, ao Erário público, como demonstrou aqui, no voto do Tribunal de Contas da União.

(Soa a campainha.)

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Passo a palavra a V.Sª.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Conheci o contrato. O contrato foi aprovado aqui, no Brasil, em 2010 e, em 2011, conforme já falei, em abril de 2011, nós assinamos o contrato específico para a Petrobras América, para a refinaria de Pasadena. O contrato foi de 175 milhões. Para ser mais preciso, 175,9 milhões. Esse foi o contrato assinado em Pasadena, lá pela Petrobras América.

Esse contrato foi utilizado para retirar as pendências dos órgãos reguladores americanos. Durante o grande período, três entidades americanas: a EPA, entidade nacional americana que trabalha em todo o território americano, toma conta da parte de ambiente; a segunda entidade, a OSHA, toma conta também, em nível do país Estados Unidos, da parte de segurança e saúde; e havia mais uma terceira, que era específica do Texas, TCEQ (Texas Commission on Environmental Quality), que também fez a inspeção várias vezes na refinaria. Essas três e mais as auditorias das seguradoras. Conforme falei, as seguradoras que têm seguro da Petrobras vão à refinaria para verificar se a refinaria está sendo bem mantida.

Todas essas auditorias definiram uma lista muito grande de pendências. Pendências, inclusive, que, antes, no passado, não eram pendências. Por quê? Porque a lei ambiental não era tão rígida como é hoje. Então, vários equipamentos de Pasadena, hoje ou naquela época, estavam não atendendo ao ambiente, mas, no passado, atendiam. E, quando foram feitas, então, essas auditorias, essas entidades governamentais definiram um prazo.

Foram assinados contratos de forma similar aqui no Brasil, o TCAs, que são os termos de conduta, de forma que você se compromete a investir para resolver o problema dentro de um planejamento, porque não dá para fazer as coisas de uma hora para outra. E isso foi cumprido exatamente com esse contrato.

Então, esse contrato, que inclusive foi auditado nos Estados Unidos, foi muito bem utilizado e foi muito importante para a refinaria estar na condição em que está hoje, Deputado, ganhando prêmio de segurança, ganhando prêmio de performance. Boa parte é fruto desse contrato que foi utilizado lá.

Com relação às outras unidades, efetivamente eu não posso comentar.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Sobre as outras?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, as outras... A atuação desse contrato nas outras unidades...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Mas o senhor tem conhecimento do parecer interno do Sr. Gonçalves, que é auditor de uma auditoria interna, de que foi um dos piores contratos dos últimos 35 anos da Petrobras.

O senhor tem conhecimento?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não tenho esse parecer.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Eu acho que é parecer. Mas conhecimento, o senhor teve?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Já vi alguma coisa na Justiça, mas não tenho... Nunca vi esse documento, até porque nós só temos acesso às auditorias que são feitas na nossa unidade. A gente não tem acesso a outras unidades, só a Diretoria da Petrobras.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Só para fechar a minha parte, Sr. Presidente, o senhor disse, no início, que a sua nomeação para Presidente da Petrobras América não passou pelo Conselho de Administração, só pela Diretoria Executiva.

O senhor confirma isso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Confirmo.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu que agradeço, nobre Deputado.

Deixe-me perguntar, Sr. José Orlando. É só porque fiquei com uma dúvida aqui, Sr. José Orlando Melo.

O senhor disse aqui, agora, que esse contrato não foi para manutenção, não.

Até agora estávamos sabendo desse contrato de US\$800 e poucos milhões, depois baixou para US\$400 milhões.

No caso de vocês não teve nenhuma baixa nesse contrato, não. O contrato foi de 175, e não foi para manutenção, foi para tirar documentos ou a legalização. Quer dizer, isso está no custo da refinaria também? É isso que o senhor está falando?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – É. Foram feitos serviços na refinaria para resolver as pendências das reguladoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Ah, então está errado. A informação que nós temos é de que era um contrato de manutenção. Então é um custo a mais da refinaria, porque a refinaria teve algum problema e foram mais US\$175 milhões.

Isso está errado. Quer dizer, nós vamos ter que verificar mais a fundo esse contrato da Odebrecht, porque a história que chegou foi de que era um contrato de manutenção de várias refinarias. Não era para tirar documentos ou regularizar processos nos Estados Unidos.

Mas vamos em frente. É só esse pequeno registro.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Eu posso esclarecer, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor pode esclarecer, sim.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Deixe-me exemplificar alguns dos projetos que foram feitos.

Tem uma unidade da refinaria que é o FCC, o craqueamento, que depois da destilação todas as refinarias têm, para quebrar a molécula de carbono para fazer os derivados.

Desse equipamento que tem lá nos Estados Unidos sai uma emissão que hoje... No passado ele estava de acordo com as normas, mas hoje ele não atende às normas porque produz mais óxido de enxofre para o ambiente e mais óxido de nitrogênio.

Então, quando as auditorias foram lá e viram essa não conformidade, identificaram e, para resolver... Esse é um dos grandes projetos desse contrato, é uma construção que leva quase 20 meses, 25 meses. É um equipamento para o qual foi feito um projeto específico, foi fabricado, foi construído, foi instalado na refinaria e hoje filtra então esses óxidos. E agora eles estão atendendo à norma, à regulamentação americana.

Então esses 175 não é documento; são serviços, são mais de 30 projetos, revisão de todo o sistema de incêndio da refinaria, resolução das águas residuais da refinaria que tinham um percentual de benzeno acima da especificação ambiental, que antes também não era, mas depois passou a ser. E tivemos que fazer um investimento para resolver.

São vários projetos, mais de 30, para resolver problemas de segurança, meio ambiente, pessoal...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – O total gasto foi de US\$175 milhões. Não havia um orçamento anterior...  
*(Falha na gravação)*

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Até eu sair de lá, no fim de 2002, não tinha gasto todo, porque não tinha terminado. Então eu não tenho informação se...

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Não tinha um orçamento anterior maior do que esse valor de US\$175 milhões?

Não tinha?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não tenho... Não tenho essa informação.

**O SR. MARCO MAIA** (PT - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com a palavra o nobre Deputado Onyx Lorenzoni. V. Ex<sup>a</sup> vai perguntar em que modelo, Deputado?

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Cinco minutos? Está bem, então.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Até para agilizar os trabalhos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Obrigado.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Quem o convidou, Dr. Orlando, para o senhor ser o Presidente Petrobras América?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – O convite foi feito pelo diretor da área internacional.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Quem?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Diretor Jorge Zelada.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Jorge Zelada.

Bom, aqui houve uma... Dr. Zelada é a mesma pessoa que disse que não eram importantes as cláusulas omitidas no resumo executivo, o que casa com a afirmação do Cerveró e curiosamente a atual Presidente da

Petrobras, Drª Graça Foster, quando aqui esteve, disse que, ao contrário, essas cláusulas seriam extremamente importantes.

O TCU diz aqui que vai ser... Ao final da tomada de preços especial, deverão devolver US\$92,3 milhões pela decisão de alongar em 2008 a disputa judicial com a Astra. Quem vai ter que devolver? Carlos César Borromeu de Andrade, Gustavo Tardin Barbosa, Renato Tadeu Bertani, Cerveró e Gabrielli ainda terão que devolver US\$79 milhões por uma carta de intenções apresentada à Astra após a crise com os sócios. Outros US\$39 milhões deverão ser resarcidos por Costa, por Gustavo Tardin Barbosa e Renato Tadeu Bertani. O curioso dessa história da Astra é que o Renato Tadeu Bertani, que apoia a operação de Cerveró, Costa e Zelada para comprar Pasadena, curiosamente, depois que sai da Petrobras América – é lícito supor que ele era proativo nesse processo – vai trabalhar no escritório de advocacia que curiosamente é contratado pela Petrobras para entrar no processo. Veja como as coisas se repetem. E aí, Alberto Guimarães é retirado do comando da Petrobras América porque ele, de maneira consistente, se opõe à compra da segunda parte, porque acha que é um absurdo a Petrobras gastar aquele dinheiro naquela situação daquela refinaria. E aí, ele é retirado e o Zelada, que usou a mão de ferro para poder empurrar o negócio junto com o Costa, junto com o interesse do Cerveró mais o Bertani, tiram o Alberto Guimarães e o colocam no lugar.

E aí, curiosamente, a Petrobras América, que tinha um Presidente que tinha uma discussão institucional com o comando se contrapondo e coloca o senhor, que confessou aqui. Ora, com todo respeito ao senhor, eu sou um técnico, eu não discuto a decisão, eu não discuto a política. Só há um problema, esse prejuízo é de US\$1,2 bilhão que o senhor ajudou a causar. O senhor estava lá quando deveria, para defender a Petrobras... "Alto lá! Por que não caminhar para o acordo? Por que insistir na luta judicial?" Vários técnicos da Petrobras, vários advogados da Petrobras têm manifestado que alertavam que a Petrobras estava cometendo um erro. Por que esse mesmo grupo o relator do TCU diz que terá que devolver US\$92,3 milhões mais US\$79 milhões e mais US\$39 milhões? Por quê?

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Porque essa compra foi urdida. O que vamos ainda tentar descobrir é por onde esse dinheiro foi embora. Alguém ganhou muito dinheiro, não foi pouco não. Dinheiro dos brasileiros. Ajudaram a descredibilizar a Petrobras. Com todo respeito que o senhor merece de mim, a sua remoção, com o seu desempenho aqui, com os resultados técnicos que o senhor está trazendo, é porque a Srª Graça Foster sabia que havia uma quadrilha ali comandando e a Presidente botou lá para ela faxinar, ela faxinou e o senhor entrou junto na faxina. O senhor podia ser muito bom tecnicamente, agora, administrativamente e no interesse da preservação do interesse da Petrobras, que é uma companhia que interessa ao país Brasil, o senhor falhou.

Porque o senhor só dizia amém para o comando de uma diretoria executiva, Dr. José Orlando; o senhor só dizia "amém". O senhor reconheceu aqui. "Eu só cumpria ordens." Mas isso é uma bênção para quem monta quadrilha! Bota o sujeito lá, que é bom, que é técnico, tem currículo, que é um executivo confiável, e faz o quê? Dá ordem, e ele cumpre. Isso tem outro nome: conivência.

Então, eu quero que o senhor se defenda. Porque o senhor está dizendo aqui que o Sr. Zelada, que pilotou esse negócio, que já está no alcance do Ministério Público, está sendo investigado, foi afastado da Petrobras, foi quem o convidou. E por que ele tirou o outro, que questionava o negócio, e colocou alguém que só cumpria ordem? É muito triste a sua posição! E não vai fazer justiça aos seus 34 anos de Petrobras.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A palavra está com o Sr. José Orlando.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Não há pergunta, Sr. Presidente; só ilações.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Espera aí! Não há comentaristas das minhas perguntas; não é? Ou o Sr. José Orlando responde, se defende, ou se cala. É um direito que ele tem. Agora, eu não vou admitir que Deputado ou Senador vire comentarista do que eu estou fazendo aqui.

Eu tenho uma linha de investigação. Eu construí aqui um raciocínio que está estribado nas investigações que estão em curso, está sustentado pelo voto aprovado por unanimidade do TCU, que abriu tomada de contas especiais, Dr. José Orlando. Isso não é brincadeira! O senhor sabe o que eu estou dizendo.

O senhor está tentando sair ileso daqui, agarrando-se na questão técnica. Agora, eu já cansei de ver técnico desfilar por este plenário aqui se dizendo apartidário, apolítico, "sou um técnico", mas o prejuízo, o desvio, ou pela conivência, ou pela omissão, ou pela participação, é executado, e quem paga é o brasileiro. E depois correr atrás para trazer esse dinheiro de volta... Sabe quando é que o PT vai fazer vaquinha para pagar os US\$92 milhões que o Sr. Cerveró gastou, o Sr. Zelada, o Sr. Paulo Roberto Costa? Nunca! Sabe por quê? Porque eles não são lá do Comitê Central. Lá para o Comitê Central eles fizeram uma vaquinha e, em menos de uma semana, juntaram o que time de futebol, torcida de futebol não junta no Brasil. O PT conseguiu juntar! E o curioso é que eu nunca vi aparecer tanta gente para botar tanto dinheiro tão rapidinho. Foram milhões e milhões jun-

tados em semanas. Eu quero ver se vai aparecer vaquinha agora para pagar esses 700 milhões que o TCU está dizendo que vão ter que devolver.

Então, eu concluo, Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, apenas dizendo o seguinte: o senhor tem uma grande oportunidade para se defender aqui. O senhor cumpria ordem? Mas quem lhe deu a ordem? O que é que ele comendou? Foi o Zelada que o colocou lá para dizer "amém"? E por que o senhor não defendeu os interesses da Petrobras? Ou o interesse do Zelada era mais importante que os da Petrobras e dos brasileiros?

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sr. José Orlando, o senhor gostaria de fazer algum comentário ou não?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Só para deixar registrado que, mais uma vez, minha nomeação foi pautada pela parte técnica, em função desse projeto da implementação de Cascade e Chinook, considerado um dos maiores projetos de águas ultraprofundas do mundo. Em decorrência da minha experiência na Petrobras, eu fui escolhido. Além disso, pautei todo o meu período em implantar todos esses projetos nessa área, assim como em manter a refinaria operando na mais absoluta condição de segurança, executando todas as atividades. Porque era exatamente essa a minha função, como gestor da empresa Petrobras América, que é a empresa operacional no Golfo do México. O gestor, então, exercia e gastava seu tempo nessas atividades.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem. O próximo inscrito é o nobre Deputado Afonso Florence.

V. Ex<sup>a</sup> vai usar qual modelo: cinco minutos ou dez minutos intercalados?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Vou usar dez minutos, vou fazer uma intervenção inicial e, depois, vou...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem, dez minutos.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Obrigado, Presidente.

Eu queria parabenizar o Sr. José Orlando pela serenidade com que está conduzindo as respostas. E esse ataque, essa virulência é despropositada.

Os documentos são comprobatórios, e o Deputado que me antecedeu reconheceu. O TCU determinou a abertura de uma tomada de conta especial e previu a possibilidade de, se confirmados os apontamentos de irregularidade, que são apontamentos, resarcimento. Mas, isso... não há julgamento.

Os Deputados de oposição, no afã de fazer uma disputa política – porque aqui está em jogo coisa muito importante... Foram eles que, quando governaram, tentaram privatizar a Petrobras; foram eles que, quando governaram, afundaram a P-36; foram eles que, quando governaram, fizeram encontro de ativos com a Repsol, que causou US\$2,5 bilhões de prejuízo ao povo brasileiro. Por isso, o Ministro José Jorge... Nem pelos fatos anteriores dele como político; poderíamos enumerar. Mas ele deveria ter se considerado incapaz de ser o Relator desse processo. Então, esse é o primeiro fato.

O segundo fato é político. A economia brasileira, a inflação... Está tendo deflação de preços de alimento. O Governo brasileiro abriu uma linha de crédito, agora, e está uma retomada de atividade econômica.

Eles falam que tem crise econômica. A renda média salarial do brasileiro está aumentando, está mantido o nível de emprego recorde. Enquanto a Presidenta Dilma, o Governo da Presidenta Dilma constrói, com programa de investimento em logística, aeroportos nacionais, e houve, com as concessões, a reforma de aeroportos no Brasil, inclusive aqui na capital do País, o ex-Governador tem que explicar, gaguejando, porque construiu um aeroporto na pista pessoal da família, para ele poussar sem ter autorização da Anac.

Então, é um problema político, Sr. José Orlando. E todos os trabalhadores e trabalhadoras da Petrobras, os petroleiros, as petroleiras, as empresas prestadoras entendem que isso não é só um ataque especulativo contra a Petrobras, isso é também disputa político-eleitoral.

Vale registrar que, diferentemente do que foi dito aqui, quando o governo do Presidente Lula iniciou seu mandato em 2012, a Petrobras valia US\$15,2 bilhões e, hoje, agora, em 2014 – inclusive havendo aumento de ações da Petrobras na Bolsa de Valores –, agora, depois de todo esse, como disse o Deputado, espetáculo feito aqui na CPI pela oposição, a Petrobras está valendo US\$104,9 bilhões.

Nós descobrimos o pré-sal, implantamos um novo marco regulatório com a ajuda desta Casa, há previsão de alocação de recursos do petróleo para a educação e para a saúde. Portanto, tem disputa política.

A sua performance aqui, serena, tranquiliza-nos; ao povo brasileiro, às trabalhadoras e aos trabalhadores da Petrobras, que estão de parabéns. Sua trajetória tem honrado os trabalhadores da Petrobras.

Quero refazer aquilo que fiz como considerações pessoais, agora, na forma de perguntas a V. S<sup>a</sup>.

É possível estimar o custo de capital de um complexo como Pasadena, na atualidade, no mercado americano? É possível estimar o valor líquido desse complexo de Pasadena? Quanto custaria comprar? Quanto Pasadena custa, mesmo que em termos aproximados?

Como V. S<sup>a</sup> analisa globalmente essa aquisição de Pasadena? Porque a oposição tentar criar uma controvérsia em torno de expressões técnicas apresentadas pelo ex-presidente e pelo atual presidente. Havia um cenário...

É totalmente diferente da Repsol. A Repsol é, Deputado Relator Marco Maia, o encontro de ativos, ativos existentes naquele momento. Em Pasadena, havia um cenário, não havia o cenário ainda hoje configurado do *shale gas*, nos Estados Unidos, da retomada da produção, que vai mudar todo o cenário global de produção, refino e do mercado internacional de petróleo. Desloca-se para os Estados Unidos o centro da produção – se não for verdade, o Sr. Orlando me diga –, isso é notório, não precisa ser especialista.

Quando o Brasil descobre também *shale gas* nos Estados Unidos e, no Brasil, o pré-sal, forma-se um cenário que não estava, não era previsível num momento de compra de Pasadena, e que ali era necessário a Petrobras se preparar para disputar o mercado americano. Daí, com a mudança de cenário, muda aquilo que, naquele momento, era um bom negócio aos olhos de hoje. Mas hoje, a minha pergunta é esta, Sr. José Orlando: Pasadena dá lucro? Hoje Pasadena na dá lucro ou dá prejuízo? Isso é fundamental.

E, por último, para contribuir com a objetividade da nossa oitiva, o senhor participou de alguma decisão? Porque está se tentando imputar ao senhor, e o senhor, serenamente, tem respondido. Por favor, esclareça: o senhor participou de alguma decisão? Pelo que eu entendi, eram suas atribuições. Como eu disse, essas palavras intempestivas, reduzindo, como se o senhor fosse *office boy*, coisa do gênero. Dentro, era atribuição sua? É atribuição dos presidentes da Petrobras, em cada um desse país, como da Petrobras América, participar dessa decisão? Ou essa é uma decisão da sede? O senhor participou de reunião? O senhor fez desembolso? O senhor tem parcela de decisão ou execução da compra? E o que o senhor, por último... Outra pergunta: o que se quer dizer com operação?

No ambiente técnico a que nos referimos, o senhor, a Presidência da Petrobras América era responsável pela operação. O senhor enumerou alguns contratos da área da engenharia, inclusive em relação ao contrato da Petrobras. Qual foi a importância? Qual é o balanço, na área da engenharia, para a presença de Pasadena? Considerando se houve, se há hoje lucro ou se não há. Depois de constatar se há lucro ou se há prejuízo, esse contrato contribuiu para o prejuízo existente, ou para o lucro existente?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra, Sr. José Orlando.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Pasadena dá lucro? Conforme a informação da nossa Presidente Graça, que exatamente aqui nesta Comissão informou, então, que no último trimestre, se não me engano, em valor, deu um lucro de 65 milhões. Estou me baseando na informação dela, até porque eu não tenho mais acessos às informações da Petrobras América. Então, ela é uma refinaria que está dando...

É importante deixar também registrado que na crise de 2008, que aconteceu no segundo semestre de 2008 e que foi muito profunda em 2009, o país que mais sofreu essa crise foram os Estados Unidos. Exatamente meu primeiro ano de gestor nos Estados Unidos, eu, como gestor, pego a maior crise da economia americana nos últimos 30, 40 anos.

O mercado é um mercado altamente competitivo. Então, os senhores não imaginam como foi esse 2009, como foi gerir essa empresa no ano de 2009! Mantê-la funcionando, mantê-la com os contratos em andamento, os projetos em andamento, até porque o nível de desemprego, se todos relembrarem, aumentou, quase que dobrou nos Estados Unidos. Situações instáveis das companhias...

(Soa a campainha.)

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Então, apenas para deixar registrado que, principalmente em 2009...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Presidente, o senhor me permita pedir uma pequena tolerância também para o tempo de resposta às perguntas feitas. O senhor, por exemplo, usou mais de três minutos. O Presidente registrou.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu agradeço. Eu agradeço a todos. Podem deixar que eu controlo. Por favor, podem deixar que eu controlo.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Então, necessariamente nesse ano de 2009, que foi exatamente quando aconteceu a maioria dos problemas de arbitragem e decisões, era um cenário completamente diferente inclusive do Brasil, porque naquela época me lembro que eu recebia as notícias do Brasil e ficava muito feliz. O Brasil não sentiu tão forte a crise, estava bem preparado, estava mais preparado; mas para mim como gestor, como Presidente da Petrobras América, realmente foi um dos grandes desafios que eu deixo no meu currículo. Você não pode registrar isso, mas, efetivamente, foi um dos pontos que mais me exigiu.

Com relação a desembolso, não. Desde que eu cheguei, em 2008, o único desembolso que houve para a Astra foi ao fim do acordo de 2002, quando teve o acordo, em julho de 2002... Desculpe, 2012. Eu cheguei

em 2008. De 2008 a 2012 não houve nenhum pagamento à Astra, nenhum! Em 2012, após a aprovação, pela Diretoria Executiva, do acordo extrajudicial com a Astra, a Petrobras América pagou, então, os US\$820 milhões.

Eu não sei se eu passei. O *shale gas*. Efetivamente o *shale gas* foi outra revolução que aconteceu nos Estados Unidos a partir de 2009 e que está afetando muito todas as estratégias. Para os senhores terem uma noção, quando eu cheguei aos Estados Unidos em outubro de 2008, os Estados Unidos estavam construindo mais de 30 terminais para importar GNL, o gás líquido, inclusive com investimento de grandes operadoras. Em 2009, esses investimentos foram totalmente pulverizados. Hoje, os Estados Unidos estão preparando, ao contrário, alterar esses terminais para exportar o gás.

Quer dizer, estamos falando dos Estados Unidos, onde há as empresas mais competitivas do mundo, onde o mercado é o mais competitivo no mundo e que foi pego de surpresa. Como muda o cenário assim? Cadê os grandes analistas, cadê as grandes corporações com suas estratégias?

A indústria de óleo e gás tem riscos. São esses os riscos, e cabe a nós gestores mitigar esses riscos. E a minha atuação foi mitigar, na operação, para que a refinaria não tivesse acidente, que a gente cumprisse as nossas metas, produzíssemos petróleo, aumentasse reserva, aumentasse produção. Esse foi o meu trabalho.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – Faltou uma resposta. Se dá lucro hoje, o contrato de serviços de engenharia da Odebrecht cumpriu algum papel nisso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Perfeito.

Exatamente. Hoje o lucro está vindo decorrente exatamente da refinaria estar com uma performance bem melhor. Porque se não tivessem feito os serviços pelo contrato com a Odebrecht, as agências iriam parar a refinaria. Conforme eu já falei, tem uns termos assinados de conduta. É semelhante aqui no Brasil, quando se assina também com a ANP... Esses termos de conduta davam um prazo. Se a refinaria não atendesse aquelas pendências, não cumprisse as pendências, o governo americano iria fechar a refinaria. Aí sim seria um desastre.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O próximo inscrito é o nobre Deputado, irmão do futuro Senador Geddel Vieira Lima, Lucio Vieira Lima.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA)** – Srs. Deputados, eu queria iniciar a minha intervenção dizendo que, na verdade, diferentemente do que outros colegas falaram, eu notei que o Sr. José Orlando tem tido dificuldade até de memória, de lembrar certos fatos etc. Por isso, eu vou começar com uma indagação, dentro da minha linha de investigação, que, com certeza, ele não terá dificuldade em responder.

O senhor, em termos de grau de parentesco, é primo. Logicamente, nós temos primos que têm convivência e temos primos que são apenas primos. Então, uma coisa que eu gostaria de saber é se a sua convivência com o ex-presidente Gabrielli, como primo, foi uma convivência de intimidade, brincaram juntos, conviveram juntos, conversam sempre? Foi uma convivência harmoniosa ou foi apenas uma convivência de "nasceu, cada um vai para o seu lado"?

Essa é uma indagação que, para a minha linha de raciocínio, é muito importante...

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – Se brigaram na infância, provavelmente ele apanhou, pelo tamanho do Gabrielli...

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA)** – Com certeza, Gabrielli mamou mais, porque cresceu e ele está pequeno, não é?

O Sr. José Orlando foi sempre na linha de gerente. Eu gostaria de saber se há uma diferença muito grande em status e salarial do posicionamento de gerente para presidente, no caso, na América.

O Sr. José Orlando ficou acho que cerca de 30 anos, não sei, como gerente e foi nomeado depois. Coincidemente, a sua competência só foi reconhecida – isso é mera coincidência – quando seu primo chegou à Presidência. Isso ocorre muito com nós políticos. Quando fazemos uma indicação de um secretário, de alguém para um cargo público, que nunca tenha sido nada, depois que ele rompe com os políticos que o indicaram, ele diz que foi nomeado pela sua competência e não pela indicação. Então, eu gostaria de saber se você, se o senhor achou, realmente, que foi por uma feliz coincidência ou porque estava maduro depois de 30 anos ser galgado a uma posição de tanta importância dentro da corporação.

Depois, como você disse realmente – e aí eu quero, Izalci, falar que realmente a palavra *office-boy* é uma palavra pesada, eu acho que, na verdade, ele foi colocado lá mais como representante de Gabrielli, eu acho que aí é uma palavra mais correta –, então, o senhor se sentia como um representante de Gabrielli, uma vez que toda indagação que foi feita ao senhor o senhor não sabia, não viu, não se lembra?

Diante de tanta competência que o senhor elencou no seu currículo, o senhor acha normal que alguém assuma uma presidência de uma empresa e não procure tomar informações do seu antecessor sobre o que ocorria? Porque o que a Presidenta Graça Foster fez, assim que assumiu a Petrobras, foi justamente tomar ciência do que seu antecessor fez, o que implicou ela fazer a operação limpeza, que culminou com a demissão de vários funcionários das posições, inclusive a do senhor.

Então, essas são indagações objetivas, claras. E, se for necessário, para comentar, eu uso o tempo de Líder, os cinco minutos, para fazer o acabamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A palavra está com o senhor.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Bom, a minha convivência com o Gabrielli, quando...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Só para registrar, Presidente, há uma pergunta que eu fiz que não foi respondida. Ao término, se possível, eu gostaria de repeti-la para que ele possa responder, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – O senhor hoje está muito *light*. Nem parece o Gim Argello que nós conhecemos. (*Risos.*)

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Quando eu tinha dois anos de idade, meu pai conseguiu emprego na Chesf, na Usina de Paulo Afonso, os senhores devem conhecer. Meu pai era dentista e ele foi para Paulo Afonso. Eu tinha dois anos, nascido em Salvador, e passei toda a minha infância e adolescência lá em Paulo Afonso. Então, tive muito pouco contato com meus primos de Salvador. Quando eu retornoi, retornoi já na fase colegial, na fase da faculdade. Fiz a faculdade. Logo depois vim para o Rio, passei um ano. Quando eu retornoi, envolvido em vários trabalhos da Petrobras – em 1995 retornoi ao Rio –, então, a minha convivência, efetivamente, familiar com Gabrielli foi muito pouca, quase nada, eu diria que praticamente nada. Essa é a realidade.

Em relação à relação após ele ter entrado na Petrobras, Gabrielli entrou na Petrobras em 2003, como Diretor Financeiro e Diretor de Relações da área de investidores. Em 2003 eu estava em Cingapura, indicado pela Petrobras antes de Gabrielli, conforme eu falei. Fizemos quatro plataformas, que aumentaram a produção, naquela época, de 450 mil barris. Eu tinha, naquela época, Deputado, 25 anos de carreira quando o Gabrielli entrou, 25 anos de carreira.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – É, mas Gabrielli entrou como Diretor, não como Presidente.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – É, ele entrou como Diretor.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Tanto que o senhor só foi Presidente depois que ele foi Presidente. É natural que com ele como Diretor o senhor permanecesse em Cingapura.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Bom, a parte dos salários. Como é que funciona. Vou tentar dar uma ideia dos cargos gerenciais da Petrobras. Então, você tem gerente setorial, gerente, gerente-geral, gerente executivo e diretor. E esses cargos, todos eles, têm, na horizontal... E na vertical, eles têm, então, vários níveis salariais. É feita uma escala de forma que quem está galgando a ascensão gerencial vai crescendo. Então não há grandes saltos, a não ser que saia, efetivamente, de gerente setorial para diretor. Então, o salto é muito alto. Mas, normalmente, então, é uma transição suave. Se você perdeu uma gerência dessa, se você perde e passa três meses sem a gerência, se você retornar para outra gerência, você entra na parte de baixo da escala. É o processo. Eu nunca...

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Na posição em que o senhor estava, foi um salto elevado?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, não foi. Isso é o que eu estava querendo dizer. Eu já estava... Eu nunca perdi... Quero dizer que em toda minha vida, carreira de gerente, eu sempre fui crescendo. Então, eu nunca tive baixas. Então, quando saí de gerente de empreendimentos para gerente-geral, o acréscimo não foi grande. Claro que tem, senão não haveria motivação na área financeira para que você galgue. Cada vez mais se pega mais responsabilidade, muito mais responsabilidade. Então, efetivamente, não teve isso, Deputado.

Nunca tive, gostaria de deixar claro aqui, nunca tive nenhuma instrução direta do ex-Presidente Gabrielli. Nunca! Nunca tive! O Presidente Gabrielli, eu encontrava o Presidente Gabrielli em todas as reuniões de diretoria a que eu ia para defender projetos da Petrobras América. Chegava à reunião, cumprimentava ele, como todos os outros Deputados, me apresentava e era esse o contato profissional. E quando ele ia aos Estados Unidos, porque, como todos sabem também, em maio, nos Estados Unidos, há a maior feira de óleo e gás da indústria de óleo e gás, lá em Houston, que se chama OTC, e o Gabrielli sempre foi, como representante da Petrobras, em todo mês de maio, lá, sempre acompanhado de nós, os gerentes executivos, nós, os diretores, fazíamos apresentações para atualizar ele...

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – E quando o senhor vinha às reuniões da diretoria executiva, o senhor nunca foi chamado para falar sobre a questão do embate jurídico que estava ocorrendo? Porque o senhor, pelo que disse aqui, não sabe de nada, porque foi de seu antecessor; mas, na verdade, boa parte aconteceu no seu tempo. Se o senhor vinha... Não é possível que o Conselho nunca o chamou para saber em que pé estava e como estava se procedendo uma questão que terminou representando um prejuízo de bilhões para o Brasil. Então, o senhor nunca foi chamado para opinar sobre o processo?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Nunca fiz reunião na diretoria para, relativa à arbitragem. Quem fazia...

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – O Conselho nunca o chamou para isso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não. Quem fazia as apresentações para a diretoria era o jurídico da Petrobras.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Mas o senhor acabou de dizer que era chamado para as reuniões e que, quando vinha, cumprimentava todo o mundo e falava... Falava ou não falava?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Nas reuniões, nas reuniões para implantar os outros projetos operacionais da Petrobras.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Então, a falha é do Conselho, que em um assunto desse não o ouvia, como Presidente, falar sobre em que pé estava. Só ouvia a palavra do jurídico, e o Presidente, nada! Eu retiro o que eu disse: acho que o senhor está certo! Eu acho que... Eu retiro o que eu disse, porque não sabe, não diz, não faz, não sabe nada, não é chamado... Diz que vai para a reunião. Quando nós perguntamos, não fala sobre esse tema. Inclusive, eu acho que, quando perguntaram se o senhor era filiado a algum partido, que não, que não sabe, eu até, se for filiar, eu recomendo o PT, porque é a sua prática: não sabe, não viu, não é comigo, não foi, não sei nada...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Presidente, isso é...

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Não pegue meu microfone, tenha paciência!

Está entendendo?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – ... ofensa, ofensa gratuita.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Ofensa gratuita, não! Quem politicou o debate foi V. Ex<sup>a</sup> quando vem trazer aqui questão política de ex-governadores, etc. Nós estamos aqui com isenção, como juízes para apurar a questão da Petrobras. Foi V. Ex<sup>a</sup> que tratou, trouxe a questão partidária para o debate. Então, aguente! Quem tem medo do calor não chega à cozinha. Então, veja bem...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – De cozinha, V. Ex<sup>a</sup> entende bem.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Entendo muito! Entendo muito! Eu entendo muito! Exatamente, eu entendo muito. Eu entendo de cozinha como o Deputado, o Gabrielli entende de mamata, pelo tamanho que ficou e o primo ficou pequenininho. Exatamente isso, não é? Então...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – (*Fora do microfone.*)

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – O senhor interrompe a toda hora. Eu quero que desconte meu tempo, porque o Deputado Afonso Florence...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Extrapolou seu tempo em sete minutos.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Onde? Trinta e sete...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Briga baiana não é fácil.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Não tem briga baiana, não. Isto é uma questão de natureza nacional. Estamos defendendo, aqui, a Petrobras. Os baianos têm interesse em esclarecer, como Minas Gerais tem interesse em esclarecer, Brasília tem interesse...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Você está achando que deve construir pista também...

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Não, estou achando que não deve haver mensalão.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Nós também.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Então, pronto. Então, se está achando, estamos empatando.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Ele estava querendo investigar...

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (PMDB - BA) – Investigar tudo! Qualquer um. Investigar se pousou, lá em Minas, na pista, se não pousou na pista. Agora, aqui, é para investigar a Petrobras.

E eu pensava até que foi uma estratégia convocar o Sr. José Orlando, por ser “peixe pequeno”, mas terminei sendo muito boa, porque mostrou que a estratégia é que ninguém quer responder nada. Está todo mundo querendo empurrar com a barriga.

E o que temos que partir, Presidente, é para ver a questão dos documentos, para ver de onde o dinheiro saiu e para onde o dinheiro foi. Isso porque, se depender dos depoimentos que estão sendo feitos aqui, fica assim: Presidente Graça: “Foi Gabrielli.”; Gabrielli: “Foi a Presidenta Dilma.”; Presidenta Dilma: “Foi Gabrielli.”; José Orlando: “Foi o seu antecessor.” E a gente não chega a nada. Parece aquela brincadeira: “Lá vai a bola girar na roda...”, certo? Então, temos que pegar e apurar.

Eu não fiquei satisfeito com o depoimento do Sr. José Orlando, porque ele, absolutamente, não respondeu nada; limitou-se a dizer: “Não me lembro. Não sei. Não foi no meu tempo. Foi com o meu antecessor...”

Ao contrário do que você diz, nobre Deputado Florence, que, na Comissão, alguns Deputados o desrespeitaram, eu acho que foi ele quem desrespeitou a Comissão ao vir com essa postura de nada falar. E o senhor, como Deputado, deveria se associar a mim, em vez de dizer que foi um depoimento brilhante, porque ele está atacando o Parlamento ao ter esse comportamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradecemos o nobre Deputado.

Gostaria, neste momento, de dar boas vindas ao último inscrito, que é o nobre Senador Fleury, representando o Estado de Goiás. O senhor não é membro desta Comissão, mas agradeço a sua presença aqui. V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Antes, porém, uma questão de ordem.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Após a inscrição do Deputado Lúcio, a inscrição é minha. Deputado Izalci. Estou inscrito. Eu falei pela Liderança anteriormente. Então, estou na relação normal, sou o próximo.

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Fiz a inscrição e estou esperando tranquilo.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Mas eu não tenho nenhuma dificuldade. Posso aguardar.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado.

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Estou esperando tranquilo, vendo a consideração que o senhor tem tido com todos os Parlamentares, é impressionante, com todos ultrapassando o tempo regimental, e o senhor tranquilo.

O que eu quero dizer é sobre os milhões de que falam. No interior, dez milhões, cinquenta milhões, poucos sabem o que é isso. Eu sei até cinquenta milhões, não vou dizer que seria o meu patrimônio, mas eu dou conta de saber o que é.

Eu queria que indexassem, principalmente o Deputado Onyx, essa diferença: de quantas mil casas populares foram desviados? Eu acredito que é maior do que o programa da Presidente Dilma. Quantos mil carros Gol se poderia adquirir com esse dinheiro? A produção de milho do Mato Grosso que, hoje, o produtor vende a R\$17, acho que esse desvio a produção do Mato Grosso não dá. Digo isso para que o povo que está nos assistindo saiba.

A TV Senado tem uma audiência muito grande no interior. Hoje, um quinto, um quarto das televisões no interior, principalmente das cidades que têm abaixo de 50 mil habitantes, têm parabólicas. Basta andar em qualquer cidade que o senhor vai ver casas de lona com uma parabólica. Eu, quando adquiri minha parabólica – não fui um dos primeiros –, gastei vinte vacas gordas. Hoje, custa R\$300,00.

Então, vamos indexar. O desvio daria para construir quantos graneleiros, subsidiar uma safra, fazer seguro para os produtores? Porque falar, aqui, em milhões, ninguém no interior entende mais do que o valor que o patrimônio que ele tem. Ele dá conta, se ele tiver um carro, de saber o que é 23 mil ou 30 mil. Se ele tiver um edifício, ele sabe que ele tem uns 15 milhões. Mas aqui se fala de um dinheiro de que nem eu dou conta. Houve um dia em que foi citado um número aqui e eu o dividi pelo número de bois, porque esse é um dos meus ramos, e isso dava um número igual ao dos bois do Estado de Goiás inteirinho. Então, eu peço aos Parlamentares: vamos indexar para que a população tenha noção.

Nós tivemos um Presidente que, quando foi cassado, o Brasil inteiro comentava que ele foi cassado por causa de uma Elba. Todo mundo sabia o que era uma Elba. Certo? Vamos discutir o que significa essa perda da Petrobras, quantas mil casas isso dá, se é superior ao plano, se é superior a uma safra, porque ela usa tanto a safra de grãos do Brasil, que está dando a sustentação ao País – hoje, um saco de milho, na colheita, custa R\$17,00; um saco de soja, R\$23,00 –, vamos dividir esse valor por 17 ou por 23 e ver o que significa esse prejuízo que os brasileiros tiveram!

Muito obrigado.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Pela ordem, Presidente. Eu tive uma pergunta não respondida.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Você está inscrito? Depois de mim? Então, pergunte depois. Deixa eu falar primeiro.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Presidente, pela ordem. Eu tive uma pergunta não respondida.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – É verdade. O senhor teve uma pergunta não respondida, mas...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Pode ser depois do Deputado Izalci.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Depois do nobre Deputado Izalci Lucas.

Por favor, Deputado Izalci Lucas, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por cinco ou por dez minutos, conforme V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Dez minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Dez minutos.

Muito obrigado.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Pingue-pongue.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Esse acréscimo de cinco não é na condição de Líder? Ele já falou como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não, não! Ele está falando como inscrito. Ele é o último inscrito, o último Parlamentar inscrito. Ele pode escolher: fala por cinco minutos e dá cinco para o depoente ou fala dez com o pingue-pongue. Ele está escolhendo os dez minutos.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Eu perguntaria a V. S<sup>a</sup> se, hoje, se sente usado pelo Governo nessa operação de Pasadena. Eu disse isso à Presidenta Graça Foster, ou seja, que eles aproveitaram a credibilidade que ela

tinha de gestão, de trabalho há anos na Petrobras e que foi usada para interromper ou pelo menos disfarçar essas operações que estavam acontecendo na Petrobras. Eu perguntaria a V. S<sup>a</sup> hoje: conhecendo tudo o que a imprensa já divulgou e o que o Tribunal já manifestou com relação a Padadena, V. S<sup>a</sup> se sente usado por ter ocupado esse cargo lá nos Estados Unidos?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não, de forma alguma.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. S<sup>a</sup> poderia dizer para nós aqui qual é o papel, de fato, do Presidente da Petrobras no exterior, se o papel... Pelo que sei, V. S<sup>a</sup> passou a ser o responsável por conduzir o processo de negociação de Pasadena. A Presidência da Petrobras no exterior é apenas técnica? V. S<sup>a</sup> toda hora diz que é técnico. Depois V. S<sup>a</sup> falou em gestão. V. S<sup>a</sup> é gestor ou V. S<sup>a</sup> lá era um técnico, na Petrobras, na PAI?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não. Na PAI fui um gestor com grande experiência técnica.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Experiência técnica, mas era gestor?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Fui um gestor, exatamente.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – No dia 21 de abril de 2009, a Petrobras América enviou uma proposta de acordo para os termos da controvérsia com relação ao fechamento da permanência em aberto após a decisão do contrato, a questão arbitral. Aí veio a... Foi feita essa proposta. V. S<sup>a</sup> participou dessa proposta que foi feita para a Astra?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Essa proposta foi aprovada pela diretoria e foi feita à Astra pelos nossos advogados.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. S<sup>a</sup> não conhece pelo menos os termos da proposta?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Conheço. Qual é a dúvida que o senhor tem?

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – A dúvida é que a Astra rechaçou o acordo proposto.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Ela não aceitou a proposta.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Não aceitou a proposta. Qual era a proposta?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – A proposta era o pagamento dos 690 milhões da decisão arbitral, desde que a Astra assinasse um documento abrindo mão de todas as ações nos Estados Unidos. Então, era o encerramento definitivo, que acabou só sendo feito em 2012, mas que a Astra não concordou em fazer em 2009.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. S<sup>a</sup> sabe, com relação à questão do reembolso, se houve um reembolso por parte da Petrobras de US\$156 milhões, que foi pago à Astra, com relação à questão do BNP, que era aquela questão da linha de crédito? V. S<sup>a</sup> conhece essa operação? Por que a Petrobras teve que indenizar essa operação de US\$156 milhões?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Era uma garantia da Astra, que existia e que está na decisão arbitral. Dos US\$640 milhões, US\$156 milhões são exatamente essa garantia.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. S<sup>a</sup> sabe que esse pagamento foi incluído na decisão exatamente porque a Petrobras não aceitou o acordo com a Astra e que foi um prejuízo a mais com relação a isso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Conforme falei ao senhor, todas as decisões de pagamento, que deram os US\$640 milhões, foram definidas pelos árbitros e nessa decisão estava incluídos esses US\$156 milhões. A Petrobras quis pagar, a Astra não concordou, porque não iria abrir mão das outras ações. Em 2012, junho de 2012, é feito, então, o acordo final, onde esse dinheiro é pago. Esse dinheiro só foi pago junto dos US\$820 milhões, em 2012.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Qual foi a relação de V. S<sup>a</sup> com o Paulo Roberto Costa, que foi, inclusive, do Conselho da Astra, da Petrobras, da PAI?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Conheço o Paulo Roberto, mas nunca trabalhei diretamente com ele.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Mas ele era o representante do Conselho?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – A informação que tenho é de que, quando eu cheguei...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Ele já tinha saído?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Quando eu cheguei não havia mais esse Conselho, a refinaria já era 100% Petrobras. Então, nada daquilo do passado, do *put option*, das cláusulas, nada disso valia mais. A refinaria agora era 100% Petrobras e nós a colocamos para operar.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. S<sup>a</sup>, como representante da Petrobras, como presidente até, não acha que a participação do presidente teria, sim, um peso maior na decisão, ou essa decisão não passava pela presidência, era só o Conselho? V. S<sup>a</sup>, como presidente, apenas levava essa decisão da diretoria para essas negociações ou V. S<sup>a</sup> não participava dessas negociações, era só o advogado que ia? Como era esse procedimento, essa tentativa de entendimento com a Astra? V. S<sup>a</sup> participou de várias reuniões com a Astra tentando negociar isso?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não. Nunca tive nenhuma reunião com a Astra.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Só os advogados?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Só os advogados. Deputado, o processo de gestão da Petrobras é feito, ele concentra as decisões estratégicas todas na diretoria. Por quê? Porque é a diretoria executiva que tem a visão do todo da empresa. Se você delega isso para as pontas, existiria um risco muito grande de presidente da empresa estar decidindo somente em seu benefício, o que, no fim, poderia estar prejudicando a Petrobras como um todo. Por isso é que todas as decisões são colegiadas, porque a Petrobras vê o todo. Às vezes, não é bom para os Estados Unidos, mas é bom para cinco outros países e é bom para a Petrobras, ou o contrário, vice-versa. Eu nunca conseguia enxergar isso, especificamente nos Estados Unidos. Por isso que o processo é assim.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Essa diretoria executiva é no Brasil?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Diretoria Executiva no Brasil, diretoria executiva da Petrobras.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Qual era a estrutura que tinha a Petrobras, a PAI?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Eu, como presidente, dois vice-presidentes e doze gerentes. Essa era a estrutura gerencial.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Esses dois vice-presidentes, de que área eles eram? Da área técnica?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Um vice-presidente da área de abastecimento e outro vice-presidente da área de AIP, exploração e produção.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – V. S<sup>a</sup>, depois de conhecer os fatos de Pasadena, hoje, acha ainda que Pasadena foi um bom negócio nessas condições? Inclusive depois do acordão do Tribunal de Contas da União? V. S<sup>a</sup> não tem uma preocupação de que chegue a V. S<sup>a</sup> parte dessa responsabilidade, desse prejuízo?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Estou pronto para esclarecer os fatos. Eu tenho de ser responsável pelas coisas de que efetivamente eu fui responsável.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – A presidência não tinha nenhuma responsabilidade nessa operação?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Para esse assunto, para esse assunto...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Só a diretoria executiva?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – ...nós estávamos simplesmente atendendo às decisões da diretoria.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Quando a diretoria convidou V. S<sup>a</sup> para ser Presidente da PAI e V. S<sup>a</sup> fez a transição com o ex-presidente, V. S<sup>a</sup> não percebeu naquele momento que realmente havia muitas divergências e problemas que V. S<sup>a</sup> iria enfrentar com relação a isso, já que o ex-presidente já estaria saindo exatamente por discordar e por achar que aquele valor que estava sendo pago era já um valor absurdo?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Efetivamente, Deputado, soube disso muito tempo depois. Então, na passagem de serviço, conforme falei, ele não registrou isso. Registrhou vários problemas: que a refinaria Astra tinha deixado sem fazer manutenção, com risco de acidente. O nosso grande risco era o acidente, Deputado, por quê? Porque quem operava a refinaria era Astra. De uma hora para outra, a Petrobras entrava para operar a refinaria. Pela nossa experiência, a maioria dos acidentes acontecem nas mudanças de turno...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – ... seja ela nas plataformas, seja nas refinarias. Quando muda o turno, a responsabilidade fica um pouco diluída e é nessa hora que os acidentes ocorrem. Então, existe todo um procedimento da Petrobras de gestão exatamente para minimizar isso. E isso quando é uma equipe motivada, e está entrando uma equipe e passando todo o serviço para outra. Imaginem assumirmos a refinaria, como assumimos em 1º de dezembro, com o pessoal da Astra, que foi embora, não passou as informações e tínhamos que operar a refinaria, quer dizer, essa era minha atuação, isso aí consumia grande parte do meu tempo, já que tinha certeza de que havia uma diretoria executiva definindo as decisões estratégicas da arbitragem. Não vejo nada...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Só para encerrar, essa refinaria esteve à venda durante muito tempo, exatamente por questões ambientais e até de infraestrutura, que estava totalmente defasada e problemática. Quem fez a vistoria na compra da refinaria foram técnicos da Petrobras, que alertaram isso na compra. Na primeira compra, V. S<sup>a</sup> ainda não estava?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Não estava.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Mas já alertavam que lá existiam muitos problemas ambientais, problemas trabalhistas e o sucateamento da estrutura. Quando V. S<sup>a</sup> assumiu já havia sido feito esse investimento para recuperar essa refinaria ou V. S<sup>a</sup> também, que começou com esse contrato da Odebrecht, é que começou a recuperar essa refinaria no estado que se encontrava quando foi adquirida por 42 milhões?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Grande parte do investimento foi quando a Petrobras assumiu, porque a Astra não tinha esta visão, visão da manutenção preventiva, aquela visão de operador. Então, efetivamente, quando assumimos, foi exatamente nessa fase quando eu estava lá que investimos. Teríamos que verificar se foi investido alguma coisa – acredito que sim – no passado.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Com relação ao investimento da Astra, V. S<sup>a</sup> não acha que a Astra realmente, quando vendeu e fez aquele acordo com a Petrobras, a Astra não estava mesmo disposta a investir nada, a fazer investimento nenhum e que toda essa questão de investimento seria feito pela Petrobras? Nesse período em que V. S<sup>a</sup> ficou lá deu para perceber isto: que a Astra nunca teve o interesse realmente de investir nessa refinaria?

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Mais uma vez diretor, quando eu cheguei a Astra não estava mais na refinaria. Então, efetivamente eu não posso testemunhar, não posso testemunhar. Desculpe-me mas...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado Deputado Izalci Lucas, nobre representante do Distrito Federal na Câmara Federal.

V. Ex<sup>a</sup> ficou com uma pergunta em aberto Deputado Florence?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Exatamente.

Obrigado, Presidente.

Sr. José Orlando, baseado nas perguntas que V. S<sup>a</sup> respondeu, o senhor tem a informação pública de que hoje Pasadena dá lucro, o senhor avaliou como um negócio circuscrito àquele cenário e tem sido divulgada na imprensa uma estimativa, uma especificação desses ativos hoje de Pasadena. Gostaria de saber se o senhor tem acompanhado essas informações, se na sua avaliação esse dado que tem sido divulgado, de US\$1,5 bilhão dos ativos atuais de Pasadena, é um número aproximadamente factível de ser apurado.

E quero, por último, só reiterar, Presidente, que o parabenizo pela serenidade. Acho que a todas as perguntas o senhor respondeu com acuidade, diligência, dentro daquilo que lhe compete nas atribuições que o senhor exerceu na Petrobras durante esse tempo, e, como eu disse, o resto é disputa política entre Governo e oposição.

Obrigado, Presidente.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria só de compartilhar, antes de encerrar, que eu participei agora de um debate na CNI e o nosso próximo Presidente disse uma coisa que eu acho que vale a pena. Acho que a população brasileira realmente já concordou e já está mais tranquila com relação ao 7x1 contra a Alemanha, já não é mais uma preocupação. A grande preocupação hoje são os 7% da inflação e 1% de crescimento. Esse 7x1 não nos preocupa mais.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Deflação de preço de alimentos, Presidente, melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Senhores, por favor.

V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra, Sr. José Orlando, por favor.

**O SR. JOSÉ ORLANDO MELO DE AZEVEDO** – Efetivamente, Deputado, o valor da refinaria hoje é muito maior do que no passado. Por quê? Por causa do óleo, do *shale oil*, que é o óleo que está disponível hoje no mercado naquela região do Texas, do meio do Texas. Hoje, o Estado vizinho ao Texas já é o segundo maior produtor dos Estados Unidos, e todo esse óleo, então, é carreado exatamente para o *hub* de refinarias que existem lá no Golfo do México. Então, a refinaria subiu de valor. Por quê? Porque está processando o óleo que pode ser comprado a um valor mais baixo do que o valor do óleo importado. Não sei lhe especificar exatamente qual é esse valor. Na verdade, normalmente, quando se especifica qualquer unidade, ela se utiliza de várias métricas, mas, efetivamente, quem define o valor é o mercado. Não adianta a pessoa achar, o gestor achar que vale tanto. Quem diz o que vale é o mercado. E eu acho que hoje o mercado vai ter interesse nessa refinaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Sr. José Orlando Melo de Azevedo, ex-Presidente da Petrobras América.

Respondendo ao nobre Senador Fleury, que indagou, na pergunta, sobre o sobrepreço que hoje é levantado ou a diferença de preço do orçamento feito somente na Abreu e Lima, a minha assessoria informa, a assessoria desta Casa, que a diferença de preço dos US\$2 bilhões para US\$20 bilhões, com o dólar a R\$2,33, dá R\$41,4 bilhões. Isso dá, no Minha Casa, Minha Vida, sendo R\$80 mil cada casa, 524.250 casas só com a diferença de preço. Nós vamos apurar onde foi parar esse dinheiro. Dá 524.250 casas, Senador Fleury. Se for comprar o carro Gol sem promoção – tem promoção que o vende a R\$28 mil –, por R\$30 mil, – a assessoria da Casa fez a conta –, dá 1.398.000 carros, só a diferença de preço. Vamos ter que apurar e saber onde foi parar esse dinheiro todo dessa Abreu e Lima.

Obrigado, Senador Fleury.

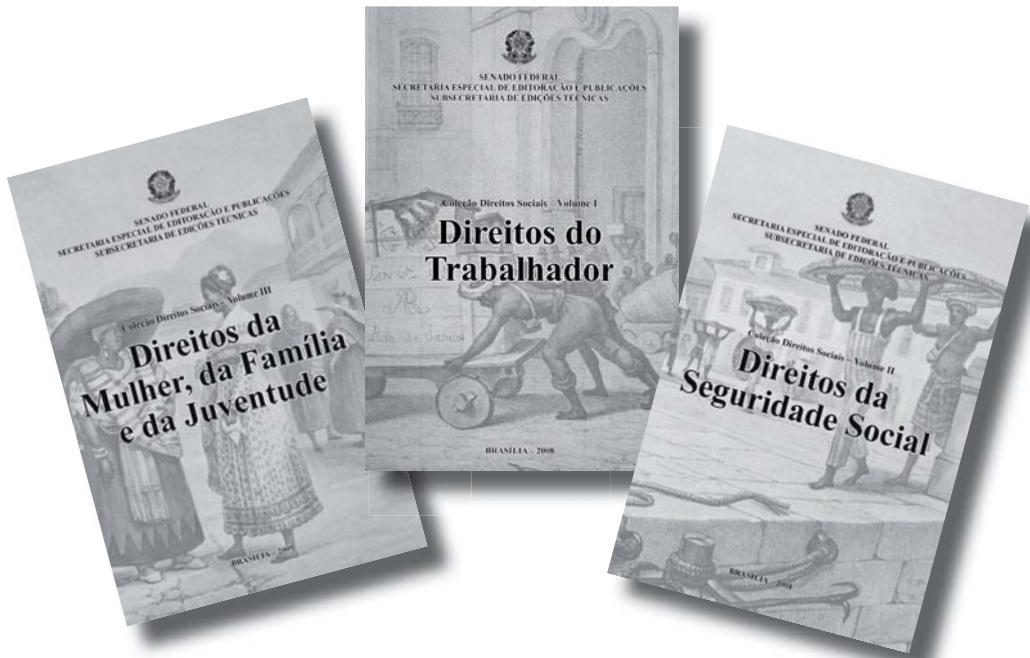
Agradeço a todos os que acompanharam esta oitiva.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. – Senador **Gim**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Editoração e Publicações  
Coordenação de Edições Técnicas

# Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,  
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:  
[www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria)

**Edição de hoje: 56 páginas  
(O.S. 13673/2014)**

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

**SENADO  
FEDERAL**

